

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

EVELLYN CAROLINE MENDES

Museu e a Comunidade do Morro das Andorinhas em Itaipu (RJ):
Arqueologia, sociedade e meio ambiente

BRASÍLIA/DF

2018

**MUSEU E A COMUNIDADE DO MORRO DAS ANDORINHAS EM ITAIPU
(RJ):
ARQUEOLOGIA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Museologia

Orientação: Prof.^a Ana Lucia de Abreu Gomes

Brasília/DF

2018



FOLHA DE APROVAÇÃO

Museu e a Comunidade do Morro das Andorinhas em Itaipu (RJ): Arqueologia, sociedade e meio ambiente.

Aluna: Evellyn Caroline Mendes

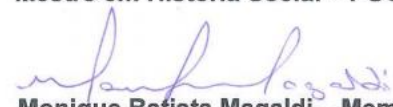
Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharelado em Museologia.

Banca Examinadora:

Aprovada por:


Ana Lúcia de Abreu Gomes - Orientadora
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutor em História - UnB


Deborah Silva Santos - Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Mestre em História Social – PUC/SP


Monique Batista Magaldi – Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em Ciência da Informação - UnB

Andrea Fernandes Considera – Membro
Professora da Universidade de Brasília (UnB)
Doutora em História - UnB

Brasília-DF, 12 de julho de 2018.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, que sempre me apoiaram e incentivaram minha escolha em cursar Museologia.

AGRADECIMENTOS

Muitos ajudaram a realização desse trabalho. Destaco a Universidade de Brasília, junto ao Departamento de Ciência da Informação, que custearam minha saída a campo para a pesquisa deste trabalho. A Prof^a Ana Lucia de Abreu Gomes, que em todos os momentos soube me orientar com interesse e competência. A meus pais, José Mendes e Antenora Mendes, pelo carinho e companheirismo, que nunca me deixaram faltar. Aos meus irmãos, Guilherme Mendes e Gizelle Mendes, pelo carinho e torcida. A minhas amigas, Jordana Fonseca e Sarah Maria, que sempre me lembraram de acreditar e que é possível superar as dificuldades.

Deixemos evoluir o termo “museu”, cujos avatares sucessivos, de toda maneira, têm pouco a ver com o Museion de Alexandria e admitamos que ele possa ter formas diferentes, em função de objetivos igualmente diferentes. Porém, prossigamos o debate entre pessoas de boa vontade e continuemos a observar o que se passa nas comunidades e a tirar disso os ensinamentos. (VARINE, 2005)

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a relação entre o Museu Socioambiental de Itaipu e a comunidade do Morro das Andorinhas. Seus objetivos foram descrever o Museu Socioambiental de Itaipu, apresentando sua trajetória histórica, com foco principal na questão socioambiental que veio adensar a relação do museu com a comunidade; apresentar a comunidade do Morro das Andorinhas situada no bairro de Itaipu, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, e a relação existente entre os atores sociais envolvidos neste. A metodologia de trabalho constou de revisão de literatura sobre museologia social, ida a campo e entrevistas com a museóloga responsável e o membro mais antigo da comunidade do Morro das Andorinhas e a sistematização desse material. Como resultado desse trabalho apresentamos uma análise de como o museu opera junto à comunidade do Morro das Andorinhas e quais os reflexos dessa interação.

Palavras – chave: Museu Socioambiental de Itaipu, Morro das Andorinhas, Museologia Social, Pescadores.

ABSTRACT

This study looks into the relationship between the Socioenvironmental Museum of Itaipu and Morro das Andorinhas community. It aims to describe the museum, walking through its historical trajectory, focusing on the socioenvironmental issue that deepens the relationship between museum and community; introduce Morro das Andorinhas community located in Itaipu district, Niterói city at Rio de Janeiro State; and the relation among social actors involved. The work methodology consisted on reviewing the literature on social museology, field research, interviews with the responsible museologist and oldest member of the community and the systematization of the present material. As a result of this study, an analysis of how the museum works with the community of Morro das Andorinhas was produced and what are the reflexes of this interaction.

Keywords: Socioenvironmental Museum of Itaipu, Morro das Andorinhas, Social Museology, Fishermans

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ruínas do Recolhimento de Santa Tereza	12
Figura 2 - Estrutura dos museus no Ibram	14
Figura 3 - Bloco testemunho	21
Figura 4 - Planta baixa do Museu Socioambiental de Itaipu	30
Figura 6 - Mapa da região do Morro das Andorinhas	35
Figura 7 - Placa de sinalização	37
Figura 8 - Livro de registro de visitas	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMAI	Associação de Moradores e Amigos de Itacoatiara
CCIR	Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PESET	Parque Estadual da Serra da Tiririca
MAI	Museu de Arqueologia de Itaipu
MUSAI	Museu Socioambiental de Itaipu
RESEX	Reservas Extrativistas
TAC	Termo de ajuste de Conduta
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal do Goiás
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
1.1 JUSTIFICATIVA	03
1.2 OBJETIVOS	05
1.2.1 OBJETIVO GERAL	05
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	05
1.3 HIPÓTESES	06
1.4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	06
1.5 METODOLOGIA	07
2. CAPÍTULO 1	09
3. CAPÍTULO 2	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5. REFERÊNCIAS	48

1. Introdução

Em outubro de 2015 junto a turma de "Museologia e Preservação 2" tive a oportunidade de visitar as reservas técnicas de sete museus do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de pesquisar e conhecer museus de diferentes temáticas, suas histórias e suas reservas técnicas.

A partir da experiência com um museu em particular pude perceber a grandeza dessas instituições como formadoras de cidadãos mais conscientes, mais políticos e mais dispostos a lutar por uma cultura que alcance o país inteiro. Uma instituição capaz de, aos poucos, alcançar e mudar a realidade de toda uma comunidade a sua volta, dar espaço e principalmente ter uma escuta em relação às suas questões.

O Museu Socioambiental de Itaipu, mais conhecido na região como MAI¹, inaugurado em 1977, tem como tema central a arqueologia pré-histórica e histórica. Está localizado numa vila de pescadores aos pés do Morro das Andorinhas no bairro de Itaipu na cidade de Niterói, Rio de Janeiro. A sede está instalada em meio às ruínas de um antigo recolhimento de mulheres que funcionava no século XVIII, o Recolhimento de Santa Tereza. O MAI integra-se aos 3 sítios arqueológicos a sua volta, Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas, que foram reconhecidos no final da década de 1950 e identificados como produtos da ocupação humana, uma importante descoberta arqueológica, pois esta região foi ocupada por pessoas em diferentes épocas ao longo de milhares de anos. Com a ameaça imobiliária na década de 1970 houve uma preocupação em salvar essas peças que hoje constituem o acervo do MAI.

Em 2010, o museu passou por um processo de mudança de nome: de Museu de Arqueologia de Itaipu para Museu Socioambiental de Itaipu. A sociolinguística dos anos 1960 já nos alertava acerca da importância de estarmos atentos não só às denominações, mas ao poder que implica nomear algo ou alguém. O ponto levantado à época foi a função do museu, pois a denominação Museu de Arqueologia de Itaipu não expressava mais o trabalho com a diversidade cultural do entorno da instituição, assim

¹ MAI – Museu de Arqueologia de Itaipu, apesar da mudança de nome que ocorreu em 2010 para Museu Socioambiental de Itaipu, a comunidade que habita envolta e os profissionais que trabalham no museu ainda se referem a ele usando a sigla MAI, por isso a escolha pessoal de se referir ao museu da mesma forma.

o museu passa a se chamar Museu Socioambiental de Itaipu, de forma a ajudar a preservar as tradições da sociedade do entorno do Museu, como a pesca da população antiga - os chamados caiçaras - assim como dar visibilidade às questões ecológicas do Morro das Andorinhas, com o intuito de preservar os modos de vida da comunidade tradicional daquela região.

Levando em conta a tipologia arqueológica rara do acervo que contém materiais inorgânicos² dos povos indígenas que viveram no litoral fluminense antes de 1500, sua importância como instituição cultural e de pesquisa é inquestionável uma vez que o MAI promove e trabalha a valorização da memória dessas populações que ocuparam a região antes da chegada de Cabral em 1500 até a atualidade. É perceptível que os recursos destinados a um museu de arte no centro do Rio de Janeiro são bastante superiores aos recursos destinados a um museu arqueológico e social em um bairro afastado de Niterói.

O MAI chamou-me a atenção pelo esforço e a visão de sua equipe em fazer dele um museu extremamente necessário, transformador e conscientizador. Esse trabalho tem o intuito de pesquisar qual a relevância do MAI para a comunidade do Morro das Andorinhas, como ele opera junto a esta comunidade e quais são os reflexos da relação entre estes dois atores sociais, museu e comunidade. Assim, algumas perguntas norteiam essa pesquisa: como vem sendo feito o trabalho de intervenção e relação social entre esses dois atores: o museu e a comunidade? Qual a relevância do MAI para a comunidade do Morro das Andorinhas? Como ele opera junto a esta comunidade? Quais são os reflexos da relação entre estes dois atores sociais? Como vem sendo feito o trabalho de intervir na sociedade para conscientizá-la com relação a situação atual do Morro das Andorinhas e sua comunidade?

O Morro das Andorinhas, habitado por uma pequena comunidade de 13 famílias tradicionais de pescadores, está com sua territorialidade sob ameaça da especulação imobiliária o que pode levar o preservar dos modos de vida daquela comunidade tradicional à extinção.

² Os materiais inorgânicos são materiais constituídos por compostos inorgânicos, os quais por sua vez são formados por elementos químicos como metais, gases e não estão primariamente constituídos por átomos de carbono. (SOUZA, 2008)

Acredita-se, assim, e essa é nossa hipótese, que a relação existente entre estes atores sociais gera uma questão política, como a comunidade de pescadores do Morro das Andorinhas se apropria do museu para suas reivindicações políticas.

1.1 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se por se debruçar sobre as transformações de um museu que dentro de suas ações tem como premissa se inserir na história e cultura da população tradicional do Morro das Andorinhas, inclusive abordando a questão da preservação ecológica do território que pode se perder com a derrubada da flora e provocar o deslocamento da fauna local. O MAI levanta a importância natural e cultural do Morro das Andorinhas por meio de projetos educacionais realizados com escolas e universidades dando ênfase à importância de que se nada for feito em prol da comunidade do Morro das Andorinhas ela pode se extinguir. Um exemplo desses projetos educacionais é o passeio ao Morro das Andorinhas junto à visita guiada ao museu. Durante essa experiência, os visitantes têm a oportunidade de uma visita guiada que começa com a subida ao Morro das Andorinhas e termina com a visita ao MAI. Ao longo de todo trajeto é ressaltado a importância ecológica do local e os problemas que o desmatamento daquela região para se construir casas pode acarretar, o papel da comunidade de 13 famílias de pescadores que ali habitam, sua história e sua importância cultural e o preservar dos modos de vida daquela comunidade tradicional. Por essas características acima descritas, esta pesquisa se insere no Eixo 1 do Curso de Museologia, qual seja, Teoria e Prática Museológica e no Eixo 3, Museologia e Patrimônio Cultural, por discutir as questões de Patrimônio Cultural e Memória.

É notável o empenho dos profissionais do museu nesse projeto educativo no qual o resultado pode contribuir para proporcionar a conexão e comunicação com a comunidade do Morro das Andorinhas. Este trabalho consiste em pesquisar a relação que há entre o MAI e a comunidade do Morro das Andorinhas, como esta relação funciona e quais os benefícios tanto para a comunidade quanto para o museu. Pois é notável a relação que há entre eles: o MAI tem uma grande relevância para a comunidade visto que por meio dele a comunidade pode apresentar sua importância e sua relevância histórica e cultural para a sociedade, o papel do museu como mediador entre a

comunidade do Morro das Andorinhas e a sociedade. Sobre a questão do desenvolvimento local tendo o museu como um mediador desse processo Hugues de Varine afirma “ ...qualquer processo de desenvolvimento precisa produzir mudanças positivas, estando ao mesmo tempo ligado às raízes culturais e psicológicas da comunidade. ” (VARINE, 2014, p.26). Logo pretendo pesquisar como se deu o processo de mobilização tanto do MAI quando da comunidade do Morro das Andorinhas para se estabelecer esta relação de mão dupla, visto que o desenvolvimento local.

Como o museu opera como ferramenta para este desenvolvimento, usando recursos que lhe são disponíveis para realizar ações em função de conscientizar a sociedade quanto a importância da preservação natural e cultural do Morro das Andorinhas e sua comunidade.

A autora Maria Célia Santos destaca

(...) a importância da participação ativa dos diversos setores dos museus, dos professores e das comunidades, bem como o estabelecimento de parcerias, para a elaboração conjunta de projetos que tenham como referencial o patrimônio cultural, contribuindo para que os museus e as escolas sejam instituições integradas ao meio no qual estão inseridas, atuando como uma grande rede de interação. (SANTOS, 2001, p.1)

O MAI coloca em evidência a interação desses atores sociais: comunidade, museu, escola e universidade. A maneira com que eles se relacionam para a construção de um conhecimento que estimule no indivíduo o desejo pela mudança, pela releitura do espaço a sua volta, e a importância de se questionar sobre estratégias de ações para mudar a realidade do Morro das Andorinhas frente a especulação imobiliária.

A autora Maria Celia Santos se atém ao papel da educação nessas situações “Assim, educação significa reflexão constante, pensamento crítico, criativo e ação transformadora do sujeito e do mundo; atividade social e cultural, histórico-socialmente condicionada. ” (SANTOS, 2001, p.2)

O MAI coloca em evidência a questão da atividade social em prol da transformação social.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Pesquisar a relação que há entre o Museu Socioambiental de Itaipu e a comunidade do Morro das Andorinhas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Descrever o Museu Socioambiental de Itaipu, apresentando sua trajetória histórica, com foco principal na questão socioambiental que veio adensar a relação do museu com a comunidade, ressaltando o trabalho do MAI de intervir na sociedade através dos seus projetos de ação comunitária para conscientizar a sociedade com relação a situação atual do Morro das Andorinhas e sua comunidade. O MAI é um museu que desde sua criação tem como premissa o cuidado e a preservação daquela região pois ali estão localizados 3 sítios arqueológicos a sua volta, Duna Grande, Duna Pequena e Sambaqui de Camboinhas, que foram reconhecidos no final da década de 1950 e identificados como produtos da ocupação humana, uma importante descoberta arqueológica. Desde sua criação o MAI já levantava a questão da importância de preservação daquela região.

- Apresentar a comunidade do Morro das Andorinhas situada no bairro de Itaipu, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, e a relação existente entre os atores sociais envolvidos neste trabalho, Museu Socioambiental de Itaipu e a comunidade do Morro das Andorinhas. Analisando como o museu opera junto à comunidade do Morro das Andorinhas e quais os reflexos dessa interação. Com destaque para a questão da especulação imobiliária naquela região que começou a se configurar nos anos 70, período em que o MAI também foi inaugurado, isso levanta uma curiosidade a despeito dessa inauguração em vista de que a especulação imobiliária afetava toda aquela região envolta do museu tanto naquela época como atualmente. As mudanças que houveram ali por causa da especulação imobiliária, afetou diretamente a comunidade do Morro das Andorinhas e a despeito desse processo aquelas pessoas nunca saíram dali elas poderiam ter vendido seus lotes, mas elas nunca o fizeram, pois elas estão ligadas tradicionalmente aquele local, o objetivo aqui também se atém a trazer a historicidade daquela comunidade. Buscar entender que tem algo ali que inibe a presença do estrangeiro, que talvez seja a presença desta comunidade tradicional que não sai dali, que não abdica do seu direito de estar ali.

1.3 Hipótese

O contexto social foi uma plataforma de observação que influenciou a mudança do nome Museu Arqueológico de Itaipu para Museu Socioambiental de Itaipu.

O 11º programa socioambiental, obrigatório no plano museológico a partir do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013³ veio adensar essa questão socioambiental que é um processo que já vinha acontecendo com o trabalho do MAI de intervir na sociedade através dos seus projetos de ação comunitária para conscientizar a sociedade com relação a situação atual do Morro das Andorinhas e sua comunidade. Um ponto significativo é a visita ao MAI feita pelo projeto educativo do museu com escolas e universidades, que inclui primeiramente a visita ao Morro das Andorinhas para dar visibilidade às questões ecológicas, apresentando a comunidade de pescadores que lá habitam e ressaltando a importância do preservar dos modos de vida da comunidade tradicional daquela região. Acredita-se, assim que a relação existente entre estes atores sociais: museu e comunidade, gera uma questão política, como a comunidade de pescadores do Morro das Andorinhas se apropria do museu para suas reivindicações políticas.

1.4 Revisão Bibliográfica

Neste trabalho compreende-se o museu como ferramenta para o desenvolvimento, usando recursos que lhe são disponíveis para realizar ações em função de conscientizar a sociedade quanto a importância da preservação natural e cultural a sua volta. Sobre este processo de desenvolvimento o autor Hugues de Varine afirma

A minha experiência é de que o desenvolvimento local, em seu verdadeiro sentido, não acontece se a população não estiver estreitamente associada com o processo de tomada de decisões, com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade. É nesse ponto que entra o museu. No assunto do desenvolvimento, necessitamos de ferramentas culturais específicas para mobilizar a comunidade, para revelar os recursos, para ilustrar

³ Capítulo II, Do Plano Museológico, Art. 23, k) socioambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

os objetivos, para demonstrar estratégias e procedimentos de desenvolvimento etc. (VARINE, 2014, p.27)

O MAI tem uma grande relevância para a comunidade visto que por meio dele a comunidade pode apresentar sua importância e sua relevância histórica e cultural para a sociedade, o papel do museu como mediador entre a comunidade do Morro das Andorinhas e a sociedade. A partir disso o museu busca estratégias de ação para que esse processo ocorra, ressaltando como a educação é importante para isso a autora Maria Célia Santos reflete

Considero que os métodos e as técnicas a serem utilizados em projetos a serem desenvolvidos pelos museus e pelas escolas, devem ser apoiados nas concepções de educação, de museologia e de museus adotadas pelos sujeitos sociais envolvidos no planejamento e na execução dos mesmos, devendo, pois, ser adaptados aos diferentes contextos, aos anseios e expectativas dos diversos grupos com os quais estejamos atuando, sendo repensados constantemente, modificados e enriquecidos com a nossa criatividade, com a nossa capacidade de ousar, realizando um processo constante de ação e de reflexão, no qual teoria e prática estejam sempre em interação. (SANTOS, 2001, p.2)

O MAI levanta a importância natural e cultural do Morro das Andorinhas por meio de projetos educacionais realizados com escolas e universidades dando ênfase à importância de que se nada for feito em prol da comunidade do Morro das Andorinhas ela pode se extinguir.

Para que se alcance resultados os autores Mário Chagas, Paula Assunção e Tamara Glas afirmam algo importantíssimo que é base para defender este trabalho “ O caráter dinâmico da memória e a importância de dialogar com seu tempo. ” (CHAGAS, ASSUNÇÃO, GLAS, 2013, p.436)

1.5 Metodologia

Abordagem: Esta pesquisa tem como base a descrição do campo, seu cotejamento com a literatura sobre a relação entre museus e sociedade. Tem por base o método qualitativo, pois objetiva, por meio de observações e fontes documentais, realizar um estudo sobre o processo de aproximação do MAI em relação à comunidade do Morro das Andorinhas. Realizando-se para isso um método de investigação mais interpretativo dentro de uma análise descritiva.

Procedimentos Gerais: Levantamento bibliográfico, leituras e discussões sobre o tema; contato com a instituição para agendamento do período da pesquisa; construção de procedimento e dos instrumentos de campo; ida ao MAI e a comunidade do Morro das Andorinhas para executar o campo, por meio de observação não participante, análise dos dados obtidos; escrita da pesquisa.

Procedimentos Técnicos: Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de caso, entrevista, questionário e conversas informais.

1. Capítulo I

Museu Sociambiental de Itaipu

Em 22 de março de 1977 o Museu de Arqueologia de Itaipu⁴ (MAI), seu primeiro nome antes do processo de mudança, foi criado para preservação e segurança de um dos tesouros da região em que se encontra, o museu é responsável pela guarda das peças da arqueologia pré-histórica e histórica encontradas no local. A lei de arqueologia permite a criação do museu e a proteção do acervo. Havia museus etnográficos e arqueológicos antes, mas a proteção por meio de seu reconhecimento como patrimônio somente depois da legislação de 1961 que é chamada Lei da Arqueologia⁵.

Localizado em uma vila de pescadores aos pés do Morro das Andorinhas no bairro de Itaipu, região oceânica de Niterói, Rio de Janeiro, estima-se que as peças arqueológicas que compõem o acervo central do museu são de um grupo que habitou o local há mais de 7 mil anos atrás. A tipologia arqueológica rara do acervo coloca em evidência a importância cultural e de pesquisa do museu e seu trabalho em promover a valorização da região em que se encontra e da memória das populações que ocuparam e que ocupam essa região atualmente, enfatizando o aspecto socioambiental do museu que será discutido mais adiante.

O MAI tem como missão

Promover a valorização da memória das ocupações humanas pré-cabralianas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao acesso irrestrito aos patrimônios cultural e ambiental. (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.12)⁶.

Uma de suas funções é “comunicar aos seus visitantes o valor do patrimônio cultural e ambiental da região” (Ibram, 2014. p.5). Esta tarefa veio adensar a relação do museu com as comunidades do seu entorno, ressaltando não só o trabalho que o museu tem de informar sobre a riqueza arqueológica daquela região, mas também sobre as tradições e os costumes das comunidades que habitam seu entorno, e as relações estabelecidas entre essas comunidades com o meio ambiente em que vivem. Através

⁴ De acordo com o plano museológico do museu “O Museu iniciou suas atividades em 22 de março de 1977 e não possui um instrumento legal de criação tal como um ato ou decreto.” (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.6).

⁵ Esse processo de criação do Museu ocorrido na década de 70 decorre também da aprovação da lei de arqueologia nº 3.924/61.

⁶ De acordo com as orientações do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), o plano museológico deve ser renovado a cada cinco anos. No caso do MAI ainda não houve tal renovação.

dos seus projetos o MAI faz um trabalho voltado para a conscientização da sociedade com relação aos problemas socioambientais da região, um deles a respeito da situação atual do Morro das Andorinhas e sua comunidade tradicional, assunto esse foco deste trabalho, a relação que há entre estes atores sociais, museu e comunidade.

O projeto realizado junto ao Morro das Andorinhas proporciona a experiência de diálogo entre a comunidade do local e a sociedade, acarretando em um processo de conscientização por parte da sociedade com relação aos problemas daquela comunidade, enfatizando a importância de se preservar as tradições de seus modos de vida, a preservação do meio ambiente, principalmente daquela região que se encontra regularmente em confronto com as ameaças advindas da especulação imobiliária.

O MAI é um museu que dialoga com a natureza de seu entorno, através de seus projetos o museu se estende fora do seu espaço institucional para o território a sua volta onde está a comunidade de pescadores, ao mesmo tempo que traz para seu espaço intramuros a historicidade daquelas comunidades, estabelecendo canais de escuta as suas questões. A comunidade do entorno do museu se faz presente nos projetos educacionais e multidisciplinares, com destaque para as ações relacionadas à preservação de suas tradições e modos de vida. O MAI proporciona o diálogo entre a sociedade e a comunidade de pescadores, evidenciando a importância de se preservar essa cultura e os problemas que essas comunidades enfrentam para se manter em seu território, como é o caso da comunidade tradicional⁷ do Morro das Andorinhas.

As atividades do MAI percorrem uma área que abrange os três sítios pré-históricos: Duna Grande - Duna Pequena - Sambaqui de Camboinhas. O território onde o museu está instalado nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Tereza compreende a comunidade do Morro das Andorinhas e as demais comunidades que vivem no entorno do museu. Estas atividades multidisciplinares são projetos realizados pelo museu para com a sociedade em busca de promover o direito à memória, a preservação dos costumes e das tradições das comunidades pesqueiras daquela região.

⁷ De acordo com o Decreto 6040, os povos e comunidades tradicionais são definidos como "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição".

Antes do MAI passar a ser administrado pelo IBRAM ele pertencia ao grupo chamado “ Museus Regionais” sendo estes museus responsáveis por demonstrar a particularidade de uma região e sua relação com a história nacional. A partir da mudança do nome de Museu Arqueológico de Itaipu para Museu Socioambiental de Itaipu, o MAI busca denotar a importância dos que vivem no entorno de sua instituição.

O MAI está instalado nas ruínas de um dos primeiros conventos do Estado do Rio de Janeiro, o Recolhimento de Santa Tereza que teve seu tombamento federal estabelecido em 8 de janeiro de 1955⁸. O Recolhimento de Santa Tereza é datado de 1716 e era usado como recolhimento de mulheres na época. A edificação foi feita em alvenaria de pedra e argamassa de conchas trituradas, areia e argila, há um portal na entrada que chega a um pátio interno. O que sobrou do Recolhimento são suas ruínas, uma pequena capela que foi restaurada e um cômodo. A primeira etapa de restauração das ruínas foi em 1974 e desde março de 1977 o espaço dentro daquelas ruínas passou a abrigar o Museu Arqueológico de Itaipu, devido à sua proximidade ao sítio arqueológico da Duna Grande, que está a 300 metros do museu.

⁸ Processo 365-T-46 - inscrição nº 425, Livro das Belas Artes Vol.1, fl.80



Foto: Evellyn Mendes

Até 2009, o MAI era administrado pelo Iphan e passa ser administrado pelo Ibram quando de sua criação. O MAI passa por essa mudança de gestão, a partir da qual é possível observar pontos impactantes advindos dessa mudança. O próprio Ibram foi criado em 2009, bem próximo à mudança de gestão e de nome que ocorreram no museu em 2010; uma diferença é que na época da gestão do Iphan a atuação do órgão se centrava mais no patrimônio material, na preservação do patrimônio dos bens móveis, do acervo. Já sob a administração do Ibram o foco do museu passa a privilegiar a relação da instituição com as pessoas; isso com certeza reflete na prática do museu. Até o museu passar a ser administrado pelo Ibram, ou seja, durante a gestão do Iphan havia uma preocupação maior com as atividades de fiscalização, pensando na preservação das ruínas do Recolhimento de Santa Tereza, fiscalizando as construções irregulares existente na área do entorno do patrimônio tombado. etc. Sobre a questão da mudança de gestão do Ibram para o Iphan, Mirela Leite, uma das museólogas do MAI, conta

(...) até virar Ibram, o Iphan tinha papel de órgão fiscalizador aqui, fiscalizava se as ruínas estavam ok, se os moradores estavam construindo construções irregulares porque existe a área do entorno do patrimônio tombado, porém há

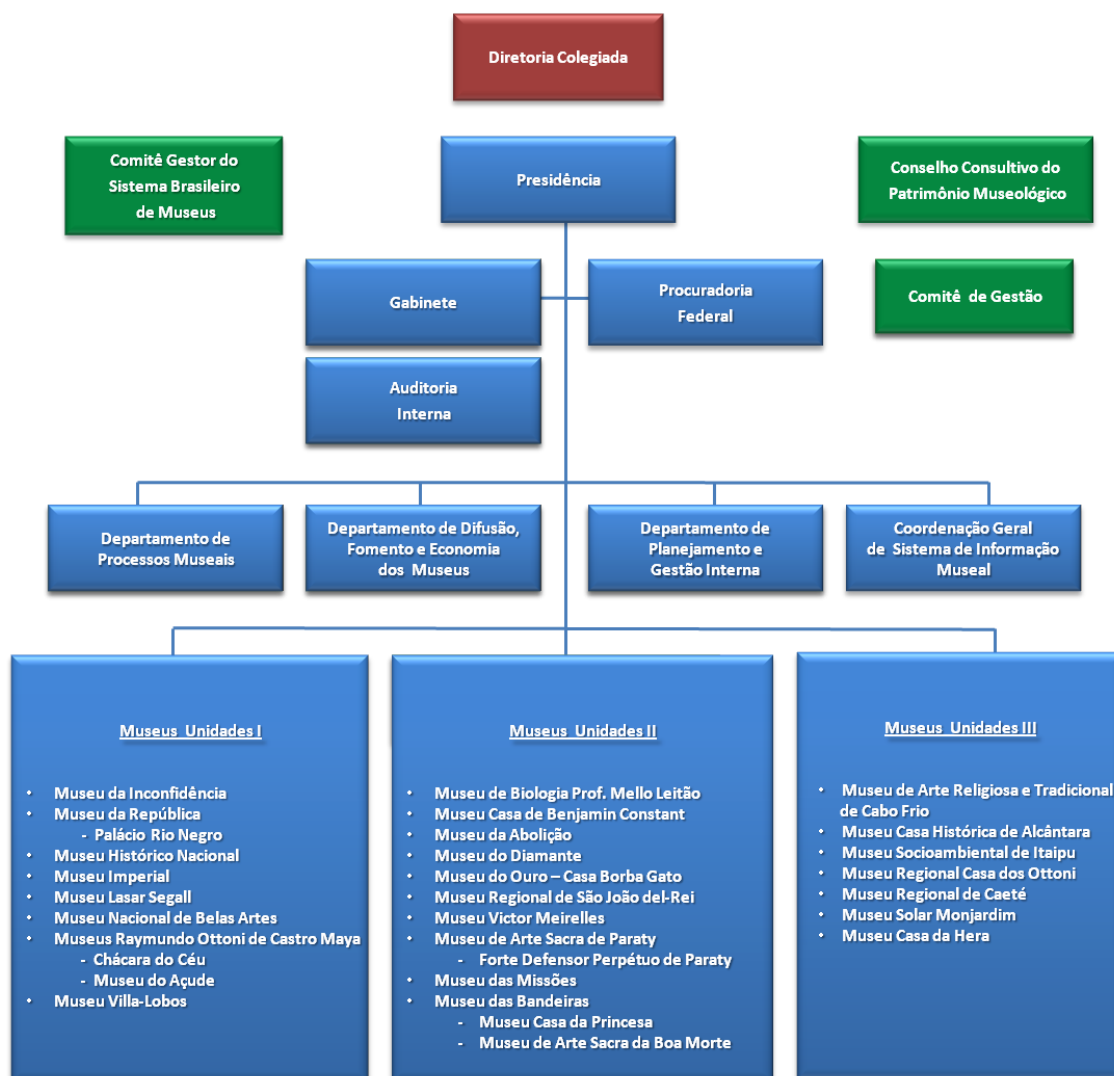
vários relatos de pescadores contra o Iphan, dizendo que o Iphan destruiu o puxadinho, não deixou. Essa era a relação antes dessa mudança, apesar das contradições, é a função do Iphan, é a função dele, mas não é nossa função. (LEITE, Mirela. 2017)

Quando a gestão passou a ser do Ibram, o Iphan continuou com a própria função, tanto ele quanto outros órgãos públicos, porém essa mudança afetou diretamente a relação do museu com as pessoas, pois o MAI perde esse lugar de órgão fiscalizador e começa a trabalhar para a preservação das memórias e não exclusivamente preocupado com a estrutura física do museu. Sobre o papel do museu tornando a participação do indivíduo parte da extensão de sua função,

(...) as discussões teóricas iniciadas por Waldisa Rússio, nos anos 80, irão florescer e vão influenciar na revisão do conceito de museu, que passa a ser considerado como um processo, um fenômeno social, que deve ser avaliado constantemente e que busca a participação do usuário, que tem um compromisso com o homem e com a melhoria da qualidade de vida. " (SANTOS, 2006. p.2)

O MAI começa a pensar na relação da estrutura e a vida das pessoas que habitam o espaço extramuros do MAI, deixando clara a importância que a comunidade do entorno tem para o museu. Para o MAI especificamente essa é uma questão muito importante, pois ele está situado dentro de uma vila de pescadores. Enquanto museu ele não pode deixar de olhar para isso, afinal aquelas pessoas cresceram em volta e dentro daquele espaço, e essa foi a principal diferença apontada; com a mudança, o MAI podia se ver livre para pensar esse tipo de trabalho.

Como ponto negativo apontado – considerando a estrutura do Ibram como pode ser constatado pelo site oficial, existem museus tipo 1, 2 e 3 que são classificados de acordo com sua capacidade de gestão. Museus do tipo 1 por exemplo são museus históricos nacionais, grandes museus e que tem equipes de estudos, associações de amigos entre outras funções; o MAI é classificado como museu tipo 3, não sendo uma unidade gestora, ou seja, todo seu desempenho orçamentário é gerido diretamente pelo Ibram em Brasília.



Fonte: <http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/estrutura/>

Essa burocracia é um problema pois, como comentado em entrevista, Mirela Leite diz,

(...)vou te dar um exemplo claro, apareceu uma casa de marimbondo, posso contratar alguém para tirar? Não, eu posso usar o dinheiro que tem ali no caixa, da entrada? Não, eu tenho que mandar um projeto básico, mandar para Brasília, eles aprovam, empenham o dinheiro, eu contrato a pessoa e depois ela tira. Entendeu? Isso é um processo de meses para qualquer coisa, para coisas de manutenção, de pesquisa, de comunicação, de educação, de urgência, de tudo, tem esse processo longo. Eu não sei exatamente como era antes do IBRAM, mas hoje é um problema que temos, não é um grande problema, mas é uma dificuldade. (LEITE, Mirela. 2017)

O MAI não pode contar com nenhum tipo de colaboração nesse sentido, alguns museus têm associações de amigos, o Museu Histórico Nacional pode ser alugado para fazer casamentos, por exemplo. São recursos que vão para o museu. O MAI possui apenas o dinheiro que é cobrado na entrada, uma quantia de R\$ 2,00 que são depositados na conta da União.

Voltando a questão da mudança de nome, esta passou por um processo de aprovação comunitária para sua alteração, o Plano Museológico do museu informa

O MAI passou por um processo de consulta à sociedade para a alteração de sua denominação. A proposta do nome Museu Socioambiental de Itaipu (MUSA) partiu de ponderações da Diretoria e da Presidência do IBRAM acerca da amplitude do escopo de ação do museu, que não se restringe unicamente à arqueologia. (PLANO MUSEOLÓGICO, 2011-2014. p.8)

A mudança ocorreu por meio de uma reunião pública, chamada para pensar num novo nome que abarcasse a nova visão do museu. A mudança partiu das pessoas que estavam pensando o Ibram naquele momento, inclusive, foi bem no período de mudança, o Ibram foi criado em 2009, a sugestão de mudança de nome foi em 2010 e foi por uma compreensão de que o museu poderia se relacionar com o território e com as pessoas. A partir da mudança de Iphan para Ibram, uma mudança de nome também com função política para marcar essa diferença, porque até hoje todo acervo que é arqueológico pertence ao Iphan, inclusive o do MAI, então quando se transforma o Museu de Arqueologia de Itaipu em um Museu Socioambiental, se está de certa forma desvinculando, afrouxando esse laço com o Iphan. Conclui-se então que houve uma motivação política para isso, mas isso também era de interesse da comunidade naquele momento. Todas as pessoas que estavam envolvidas naquele momento apoiaram a mudança de nome, pessoas como o seu Chico, que é uma liderança comunitária, um importante falante da comunidade pesqueira do entorno do museu. Alguns membros das comunidades participaram, ou seja, vemos então a comunidade fazendo parte das decisões, do papel, dos caminhos do museu. Sobre a questão desse envolvimento da comunidade com o museu, de acordo com Maria Célia T. Moura Santos

O projeto museológico, em sua concepção apresentada, é algo que extrapola a ação interna da instituição e incorpora diferentes saberes e fazeres, que olha o

museu a partir de muitos olhares, para, em seguida, dar-lhe vida. (SANTOS, 2006. p.4)

No espaço físico do museu, o nome Museu de Arqueologia de Itaipu continua na fachada, nos folders que o museu distribui, pois de acordo com a museóloga Mirela Leite,

(...) não mudamos de nome porque o Ibram não permitiu que mudássemos novamente, depois de todo esse movimento de consulta pública, de debates para chegar em um nome que atendesse todas as demandas, o Ibram se pronunciou dizendo que não podíamos mudar o nome porque na lei de criação do Ibram teria que mudar a lei. Nós já tínhamos identidade visual pronta, tudo, isso não aconteceu. Existem incoerências, o Ibram disse que não podemos mudar o nome, mas se você entrar no site do Ibram está Museu Socioambiental. (LEITE, Mirela. 2017)

Então oficialmente o nome mudou para Museu Socioambiental de Itaipu, porém, visualmente o museu continua com o nome Museu de Arqueologia de Itaipu. Para os pescadores quando se referem a instituição, pelas entrevistas que fiz, o nome em si não faz diferença, para eles é “o museu” independentemente de ser MAI ou MUSAI.

De acordo com a dissertação da Museóloga Mirela Leite (2015) a partir de documentos pesquisados no Iphan, no final dos anos 1940, Rodrigo Melo Franco⁹ tinha a necessidade de marcar aquele território. No histórico do Iphan, quase tudo que foi tombado por princípio eram instituições militares, religiosas e construções de forma geral, aquilo que chamamos de “pedra e cal”, logo o Iphan viu nas ruínas um ótimo exemplar para o tombamento, era uma instituição religiosa, embora não formasse freiras, era uma instituição gerida por religiosos, então tinha essa condição. Rodrigo Melo Franco pesquisou, procurou saber de quem era a propriedade desse espaço, porém não encontrou, e de acordo com a museóloga não havia muito interesse de encontrar, então começou o processo de tombamento. Paralelo a isso, os pescadores, que naquela época entendiam que ali havia interesse histórico, se fizeram presentes em diversos momentos, e há relatos falando desses pescadores que endossaram o pedido de tombamento, inclusive, fizeram um pedido paralelo para que aquele território virasse colônia de pescadores, o que foi autorizado à época. O processo de tombamento começa em 1948, nesse período esse pedido foi autorizado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, mas Rodrigo Melo Franco caminhou paralelo com o tombamento das ruínas que foram

⁹ Fundador e durante 30 anos diretor da instituição federal de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional (Iphan).

tombadas em 1955. Na época, os pescadores fizeram abaixo-assinados para retirada do gerador, que pertencia naquele momento à companhia territorial de Itaipu que era a empresa responsável pelo loteamento da região toda. Foi o que deu início à especulação imobiliária, depois essa mesma empresa se transformou na empresa que retirou todos os pescadores de suas casas, que abriu o canal e fez a transformação humana nessa região.

Havia um embate entre pescadores e companhia, mas também o interesse porque o gerador era importante para energia elétrica, sendo o único ponto de energia, logo temos o embate entre organização social e organização privada. A população se pronunciou mais para ganhar o local do que para o gerador ser retirado. Em entrevista, Mirela conta

(...) eles pediram o tombamento? Sim, eles ganharam o tombamento? Sim, ganharam o tombamento, o que eles queriam fazer com isso aqui era transformar em colônia, ninguém queria transformar em museu, em nenhum momento, não encontrei, claro que pode ser que se encontre, eles só queriam que o espaço tivesse uso e que fosse de direito deles. (LEITE, Mirela. 2017)

E quem consegue o tombamento é o Iphan que na época se chamava Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), pois é o órgão responsável por isso. A comunidade de pescadores só endossou o pedido no fim das contas. De 1955 até meados de década de 1960, já tinha sido feito o loteamento, a empresa contratou uma arqueóloga, que contratou uma equipe muito bem estruturada de geólogos, geógrafos, biólogos que fizeram um grande estudo de dois meses, naquele território porque o trator ia passar. A partir de todos esses achados arqueológicos é que se teve a ideia de construir o museu, paralelo a isso tiveram outras questões que foram estruturação no campo da arqueologia no Brasil, que endossaram essa questão da construção do museu ali naquele espaço, contava com participação estrangeira, logo havia camadas de interesses diferentes que estruturam a criação do museu. De acordo com o Plano Museológico,

Após o tombamento do antigo recolhimento, as sucessivas correspondências expedidas por parte da Colônia de Pescadores da região demonstram uma preocupação com a conservação do monumento, solicitando ao Governo do Estado e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) que retirassem dali a casa de motor da Companhia Territorial Itaipu, proprietária do terreno, para que o bem viesse a servir de sede à Colônia. A Cia. Territorial Itaipu, por sua vez, se dirige à DPHAN acusando o interventor da Colônia de ocupar

indevidamente os remanescentes do recolhimento, se propondo, inclusive, a restaurar o prédio sob orientação do Patrimônio Histórico. (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.9-10)

De acordo com a museóloga, quando questionada sobre a decisão de criação do museu que acabou por atropelar a causa dos pescadores de que aquele território pudesse ser colônia, ela diz

Eles não conseguiram que virasse colônia, eles conseguiram que fosse tombado. Eles só saem daqui de dentro, porque eles moravam aqui dentro, em meados da década de 60, com a criação, existe essa lacuna entre o tombamento e a criação do museu, quase 10 anos. (LEITE, Mirela. 2017)

Na minha pesquisa sobre a criação do museu não consegui encontrar o ato de sua criação, apenas o Projeto de criação que foi de autoria do arquiteto Edgar Jacintho. Como já contado acima, é possível notar que no fundo a criação do MAI foi de interesse político, porém a comunidade que ocupava aquela região identificou o tombamento como uma ferramenta para permanecerem ali. De acordo com a museóloga Mirela Leite consta nos documentos pedindo o tombamento, a retirada do gerador dali que era o que a comunidade queria. Porém com o tombamento do Recolhimento veio a criação do museu, e antes o espaço dentro das ruínas do Recolhimento era de uso da comunidade do entorno e quando o museu foi criado os pescadores foram retirados dali e expulsos sem direito a nenhuma compensação, foi de certa forma uma violência pois eles não esperavam por isso quando pediram pelo tombamento. Aquelas pessoas foram retiradas dali de dentro, e é uma violência transformar o uso social daquele espaço, que antes era usado para guarda dos objetos de pesca, para os batizados, para as missas de São Pedro. A transformação daquele espaço em um museu onde nada disso pode acontecer, nas palavras da museóloga Mirela Leite

(...) o museu antes de ser museu era um espaço de convivência, as pessoas moravam aqui dentro, muitas nasceram aqui dentro, crianças que brincavam de pega, de bolinha de gude, dona Penha que dava aula para as crianças aqui, é um espaço que tinha um uso social muito importante e durante quantos anos isso foi apagado da história do museu. Nós somos parte dessa história de violência, pois é uma violência institucional que não dá para esquecermos, nós sabemos o papel que tivemos e o que temos agora, e como isso mudou, mas ainda tem muito mais, é um processo contínuo, ainda tem muita coisa para ser feita. (LEITE, Mirela. 2017)

Outro fator que influenciou na criação de um museu de arqueologia naquele território foram os sambaquis existentes naquela região. É um fato a história de

devastação dos sambaquis no Brasil, não vemos mais em lugares como a Bahia, Recife, entre outros, o litoral fluminense inteiro tinha sambaquis que acabaram sendo perdidos e a especulação imobiliária foi e é uma das grandes responsáveis pela destruição desses patrimônios arqueológicos. Hoje o que vemos na maior parte do litoral brasileiro são prédios sendo construídos na beira da praia, muitas dunas de sambaqui sumindo. A Duna Grande, uma das dunas de sambaqui em Itaipu, é um sítio arqueológico e existe uma lei que a protege, porém, essa lei não foi capaz de impedir a destruição da Duna Pequena ali naquela região, pela especulação imobiliária.

Olhando não apenas do ponto de vista arqueológico, outra questão que também foi levantada na minha pesquisa, foi em relação ao próprio Recolhimento de Santa Tereza. Gostaria de fazer apenas uma ressalva, o Recolhimento foi um lugar de violência contra as mulheres, que eram colocadas contra sua vontade ali, colocadas por seus pais, por seus maridos ou porque de alguma forma não se adequavam àquilo que era considerado moral e bom costume da época. Como a própria museóloga Mirela Leite apontou em dado momento da entrevista

(...) esse museu não conta essa história, esse museu não conta a história dos pescadores que sempre estiveram aqui e que provavelmente seus antepassados conviveram com essas mulheres e cresceram no entorno desse Recolhimento, o museu não conta essa história. (LEITE, Mirela. 2017)

O MAI conta a história e tem como acervo o material arqueológico, que a partir de um processo de especulação imobiliária, providenciou-se um salvamento de emergência da Duna Pequena porque ela seria destruída para construção de casas. Uma empresa contratou, com autorização do Iphan, uma equipe arqueológica de resgate. Como foi constatado na entrevista, o museu conta a história de um acervo arqueológico bancado por uma empresa, não conta a história por trás daquelas ruínas onde ele está localizado, a história daquelas mulheres que moraram no Recolhimento, a relação que o Recolhimento e a aquelas mulheres tinham com a população do entorno, que eram os pescadores, o museu não conta a história do território “Recolhimento de Santa Tereza”, conta a história de um acervo arqueológico que foi retirado das dunas. Essa é uma lacuna da história daquele espaço que o museu não conta, e que de acordo com a equipe que entrevistei, gera um sentimento de falta, de necessidade de que essa história deveria ser

contada, e que para um futuro eles tem o interesse de colocar essa história dentro do museu.

O acervo do museu é pertencente a três sambaquis diferentes: Duna Grande, Duna Pequena e Camboinhas, que foram recolhidos em momentos e por pessoas diferentes cada um deles, e remete a esses povos, populações pré-históricas que habitavam a região dos amontoados de conchas, cujo acervo hoje está no museu.

Grande parte do acervo foi recolhido pelos pescadores, porém de acordo com a museóloga isso não está dito. O que consta é que o acervo foi recolhido por Hildo de Mello Ribeiro, que não era pescador e sim uma pessoa que fazia a gestão da colônia de pesca, Mirela explica na entrevista, que a colônia de pesca é uma instituição criada pelo governo em 1920, criada pela Marinha, para organizar e defender a pesca no litoral, e que se colocavam interventores, como capatazes nas colônias de pesca. Nas palavras da museóloga

(...) seu Hildo era, uma pessoa que gostava de Itaipu, claro, viveu aqui até morrer, uma pessoa como qualquer outra com pontos positivos e negativos, com interferências positivas e negativas, mas vários pescadores contam que ele entrava nas casas dos pescadores para tirar o que eles achavam na duna, de uma forma violenta, não de uma forma tranquila, e sim ele também recolhia das dunas, ele foi reconhecido pelo IPHAN como arqueólogo amador. (LEITE, Mirela. 2017.)

Como conta a museóloga não há registros disso, de que muita coisa que ele recolheu foi retirada dos pescadores, não temos como saber, mas é uma coisa contada, só se sabe disso quem está lá conversando com as pessoas.

De acordo com o Plano Museológico

(...) Hildo, espontaneamente, toma para si a tarefa de guardião desses objetos, sendo reconhecido pelo IPHAN como arqueólogo amador e tendo suas credenciais outorgadas por Rodrigo Melo Franco de Andrade, ficando a seu encargo zelar pela integridade das ruínas e dunas-sambaquis, informar sobre irregularidades e tomar providências junto à Polícia, além de colaborar para a facilitação do acesso de visitantes e para a realização de filmagens e fotografias no local. (PLANO MUSEOLOGICO 2011-2014.)

O acervo é formado basicamente pela coleção Hildo de Mello Ribeiro, que possui cerca de 1.175 objetos de acordo com o plano museológico do MAI. Hildo de Mello Ribeiro recolheu esse acervo de forma amadora, ou seja, não teve uma metodologia

científica, eram afloramentos que ele recebia e também com essa história dos pescadores, que ele recolhia na casa das pessoas.

(...) recolhia das crianças, as crianças brincavam muito, era espaço de brincadeira das crianças, no fim das contas as pessoas entregavam porque ele tinha esse título, ele ganhou essa titulação pelo Iphan, então 90% do nosso acervo é constituído a partir dessa coleção que ele doou para o museu, quando foi criado o museu, ele é uma das pessoas que certamente trabalhou para a criação desse museu, uma das pessoas da comunidade que se envolveu na criação do museu. Inclusive, durante muito tempo ele trabalhou no museu, depois que foi criado, ele trabalhou não oficialmente. Ele trabalhou para o museu e essa parte é 90% do nosso acervo. (LEITE, Mirela. 2017)

A outra parte são os blocos testemunhos, que são oito, os blocos testemunhos são uma técnica criada para recolher acervos de forma integral, fazendo blocos de concreto em que envolve e tira da forma como eles estão da natureza.



Fonte:<http://www.conhecendomuseus.com.br/v1/v1/tag/museusocioambientaldeitaipu/>

Mais especificamente, consta no plano museológico,

O acervo institucional do MAI/MUSAI é composto pela Coleção Hildo de Mello Ribeiro, seis blocos testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, uma canoa do século XIX, artefatos arqueológicos encontrados nas redondezas do museu e para ele encaminhados por pessoas da região ou usuários da praia, além de objetos doados por Aureliano Mattos de Souza, Vanda Siqueira, a aldeia Guarani de Camboinhas e o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET). (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.10)

Em 2010, o museu recebeu a doação de uma coleção de peças dos pescadores, a museóloga não soube informar exatamente como foi feita a relação dessa doação, mas de acordo com ela

(...) são dezesseis peças, relacionadas ao Mestre Cambuci, o mestre pescador mais antigo. Nas comunidades de pescadores de Itaipu há várias lideranças, liderança política, liderança de mulheres e a liderança da pesca tradicional, que passa esse conhecimento através do Mestre Cambuci, que é filho do mestre Caboclo, são gerações. Essa doação do Mestre Cambuci continha objetos como redes, agulhas de atar rede, moringa e etc. (LEITE, Mirela. 2017).

O relato evidencia a prática local de doação de peças por parte dos pescadores e como há relevância para eles em conservar estes objetos que contam suas histórias, reconhecendo o museu como um agente responsável pela salvaguarda dessa história.

A comunidade de pescadores incluindo o Morro das Andorinhas se faz presente no museu de diversas formas, está presente no educativo e nos roteiros do museu, o museu trabalha já na compreensão do território como patrimônio. A visita ao Morro das Andorinhas é um dos roteiros do museu. Esse roteiro sai do museu, sobe o Morro das Andorinhas e desce para a vila de pescadores em volta do museu, e tem um outro roteiro que sai do museu, vai até a Duna, a lagoa de Itaipu, praia e vila de pescadores ao redor do museu. Então são basicamente dois roteiros e tem também a visita só dentro do museu. Mas especificamente o plano museológico do MAI informa

A primeira opção é a etapa intitulada “Observando os ecossistemas em que vivemos”, que consta de uma visita ao Morro das Andorinhas para a visualização dos diferentes ecossistemas que se encontram no entorno do museu. A segunda opção é a etapa “Conhecendo os ecossistemas costeiros”, que se trata de uma visita a quatro ecossistemas do entorno do MAI/MUSAI: praia, laguna, mangue e duna. Essa atividade permite ao aluno observar o estado de conservação de cada um dos ecossistemas, possibilitando uma discussão acerca da influência das ações humanas sobre eles. (PLANO MUSEOLÓGICO, 2011-2014. p.38)

A comunidade de pescadores em torno do MAI faz parte do patrimônio do museu, e participam ativamente de suas atividades, como no Programa de Educação Socioambiental que é um programa educativo do museu que trabalha profundamente com o 5º ano da escola pública que tem em Itaipu, a escola em que estudam as crianças de Itaipu, os filhos dos pescadores, do morro e as crianças do entorno de um modo geral. De acordo com a museóloga Mirela Leite, durante o 5º ano os alunos vão várias vezes

ao museu, e essas visitas são chamadas “as etapas”. Tem a etapa que percorre os roteiros acima citados, a etapa que vai até a duna onde as crianças vão recolher ossos de peixes na duna para fazer medição, são várias etapas, sendo que mais uma delas a entrevista com o pessoal do Morro das Andorinhas, onde as crianças elaboram perguntas e sobem para fazer essas perguntas a Américo Fernandes de Sousa, conhecido como Seu Bichinho que é o membro mais antigo da comunidade e a alguns dos membros da Associação de Moradores da comunidade como Marcos Andorinha, neto de Seu Bichinho. É uma grande roda de conversa, um momento importante, onde os moradores contam como eles vivem e como é difícil,

(...)as crianças sempre perguntam se faz compra no supermercado, como são as coisas lá em cima, se tem água encanada, é um momento importante para entender como é a rotina dessas pessoas e eles participam porque eles estão ali conversando, é um projeto que já tem muitos anos. (LEITE, Mirela. 2017)

No contexto da Museologia Social, usando essa experiência que o MAI oferece, não temos apenas o museu, mas sim todo um território; a perspectiva não é só a de apresentação de um determinado acervo, mas, sim da troca de experiências.

Mirela ainda conta que a comunidade de uns tempos para cá tem sido convidada a cada vez mais estar presente no que o museu realiza: como as reuniões da RESEX¹⁰, algumas dessas reuniões acontecem no MAI, tornando o museu um espaço de congregação, pois a comunidade conversa e participa dessas reuniões. O MAI é parte do Conselho da RESEX e do Parque Estadual da Serra da Tiririca também, o museu, os pescadores e os moradores fazem parte desse Conselho. A museóloga relata que além disso “eles vêm aqui o tempo inteiro, nós temos uma relação de convivência, se precisa fazer um documento por exemplo, ajudamos.” (LEITE, Mirela. 2017)

No ano de 2016, o MAI teve sua primeira exposição colaborativa, que foi feita entre o museu e a comunidade do entorno,

(...) foi um sucesso, foi maravilhoso, essa exposição foi a partir de um acervo fotográfico que um fotógrafo doou para o museu, são 400 fotos de Itaipu na década de 60 e 70. Essas fotos foram doadas para o museu, mas o Rui vinha e

¹⁰ Reserva Extrativista Marinha de Itaipu, é uma Unidade de Conservação Estadual, e 51% do Conselho é feito por pescadores.

fotografava, ele não conhecia todas as pessoas, então nós fizemos várias rodas de conversa para eles identificarem quem são as pessoas das fotos. (LEITE, Mirela. 2017)

Na exposição colaborativa eles pegavam essas fotos, selecionavam e faziam as legendas identificando as pessoas, e a comunidade ia ao museu conferir sentiam-se representados ali, porém as pessoas mais novas da comunidade expressaram que sentiam falta de estar representadas ali, então o museu fez uma segunda etapa dessa mesma exposição, indo buscar entre os jovens suas próprias fotos. A população mais jovem da comunidade doou as fotos, e o museu usou essas fotos fazendo a outra etapa com fotos atuais, dessa exposição colaborativa.

De acordo com a museóloga, a exposição teve uma resposta muito positiva da comunidade. A primeira etapa da exposição colaborativa ainda está exposta no museu; a segunda etapa não, mas o museu tem tudo arquivado para fazer novamente, ou algum novo projeto junto a comunidade.

O MAI está fazendo um projeto de Inventário Participativo, nesse projeto eles estão reunindo histórias, não só das pessoas que moraram dentro do espaço do museu, mas que nasceram lá, que faziam uso social daquele espaço. Ainda não foi incorporado oficialmente na instituição, mas está em processo. Este projeto leva esse nome pois o inventário participativo é participativo do começo ao fim, então, primeiramente a equipe do museu define o que é mais importante nesse momento para ser inventariado. E são as histórias das pessoas, porque algumas são pessoas com idade já bem avançada, nas palavras da museóloga,

Essas pessoas estão morrendo e as histórias acabam. Como qualquer outra comunidade tradicional é passado de forma oral, como os pescadores aprendem a pescar, como aprendem a atar rede e etc. É um conhecimento que se passa de forma oral, a partir da história de vida dessas pessoas que nós procuramos registrar esse conhecimento. (LEITE, Mirela. 2017)

O Inventário Participativo que o MAI está fazendo é um projeto da equipe do museu junto com os pescadores, o MAI definiu que nesse momento iriam fazer a partir de uma categoria que estão chamando de 'pessoas menores', onde fizeram uma roda de conversa, uma avaliação para indicar 40 nomes que seriam os primeiros a serem entrevistados. Uma forma de guardar a história inventariando aquelas pessoas e suas memórias.

A museóloga conta que na primeira roda de conversa que era para selecionarem 40 nomes, saíram mais de 80 nomes, e ficou claro que terão de fazer várias etapas para realização desse inventário. No dia da minha entrevista com a museóloga Mirela Leite no MAI, a equipe iria realizar a 17ª entrevista com uma das 80 pessoas que foram levantadas, e por coincidência era Marcos Andorinha, membro da Associação de Moradores do Morro das Andorinhas, e neto de Seu Bichinho que é o membro mais antigo da comunidade, e também será um dos entrevistados. A museóloga explicou que para sistematizar essas informações, a equipe tem usado a metodologia de inventário participativo que o IBRAM tem desenvolvido baseado no IPHAN e no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Há uma sistematização de ficha para cada entrevistado, com informações gerais, como nome, idade, onde mora e o que chamam de 'destaques das entrevistas'. As entrevistas são filmadas e gravadas, de acordo com Mirela,

(...) nós temos vídeo e áudio, para o nosso acervo vai esse material bruto, em torno de 1h30min a 2h para cada entrevista, elas serão editadas em vídeos menores de 15 a 20min, o que será um grande desafio porque as histórias são incríveis, é muito difícil reduzir isso para 20min, mas não tem como colocar na internet completa, nós estamos desenvolvendo junto com a Universidade Federal de Goiás (UFG) o nosso acervo digital que vai ficar disponível na plataforma livre que a UFG está desenvolvendo para acervos digitais, isso estará no nosso site, a UFG vai fazer nosso site que nunca tivemos. Nessa parceria com a UFG, estão desenvolvendo uma plataforma que é só para acervo museológico, em paralelo a isso, estamos fazendo nosso próprio acervo digital. (LEITE, Mirela. 2017)

Entendi que uma coisa bem importante, é que o que for gerado a partir desse inventário, primeiramente será levantada a responsabilidade do museu para com esse acervo, e como isso o fortalecimento dos laços entre museu e comunidade. O que é um passo importante para o MAI que trabalha com essa relação, onde o museu seja responsável pela preservação dessa história de vida, além de também ser importante enquanto acervo museológico, inclusive, para pensar em acervos museológicos imateriais. Mostra ser um grande desafio para o museu, que é um museu de relações, sobretudo, então, é importante se estabelecer esse vínculo com as pessoas, Mirela conta que esse trabalho tem acontecido de forma emocionante,

(...) é muito emocionante perceber que o trabalho realmente está fluindo e as pessoas se sentem valorizadas, se reconhecem naquilo. O inventário gera essa responsabilidade sobre o acervo, vai ter visibilidade para essas histórias que estarão disponíveis e estamos querendo também introduzir o catálogo de fotos do Rui, o livreto sobre o inventário participativo explicando e contando essas histórias

de vida, vai ter um resultado físico e mais adiante, porque agora não temos condição financeira, mas nós vamos batalhar por isso, trabalhar na expansão do acervo que vai ser incluído, nós pretendemos reformular essa exposição. (LEITE, Mirela. 2017)

Esse trabalho de fazer com que seja uma exposição participativa, que represente aqueles pescadores e que se façam representados, pois não é um pesquisador que vai falar por exemplo, são eles próprios. Eles vão participar da concepção da exposição, entende-se que esse é o objetivo. Para Maria Célia T. Moura santos,

Atribuo, portanto, à Museologia, as dimensões social e educativa. Desse modo, o processo museológico será sempre construído e reconstruído por meio da ação dialógica, dinâmica, complexa e criativa. Reconheço que somos atores sociais responsáveis por criar contextos educativos para a integração criativa e cooperativa permanente, entre diferentes sujeitos e contextos sociais e culturais. (SANTOS, 2006. p.3)

O educativo do museu foi o pontapé inicial para todas as ações extra arqueológicas do MAI, embora o educativo não deixe de trabalhar bastante com o arqueológico também mais Mirela conta que foi iniciativa do educativo.

De acordo com seu Plano Museológico o MAI realiza dois projetos mais importantes, o *Caniço e Samburá* que está dentro do Programa de Educação Patrimonial, e o projeto de *Diagnóstico e Monitoramento da Saúde Lagunar e dos Recursos Pesqueiros de Itaipu* que está dentro do Programa de Educação Patrimonial.

Sobre a abordagem arqueológica, fica muito difícil falar da arqueologia apenas no espaço intramuros do museu, sem ir até à Duna, onde está o Sambaqui, então o MAI começa a fazer essas saídas. Quando se está na Duna é impossível falar sobre sambaqui sem falar sobre a situação ambiental da lagoa de Itaipu que está ao lado da Duna, sem falar dessa relação com o meio ambiente, inclusive porque os grupos sambaqueiros que provavelmente habitaram ali na Duna, se instalaram pelas condições ambientais, aí se tem a temática ambiental que começou a ser trabalhada a partir das perspectivas atuais. Como que os impactos ambientais naquela região, causados pela humanização afetaram a população de peixe por exemplo, a fauna e a flora do lugar; trabalhar fatos como o de que a especulação imobiliária e a abertura do canal da lagoa de Itaipu diminuíram o tamanho do canal em 60%, e como isso afeta a vida das pessoas que vivem ali, como isso afeta o ambiente em geral, e ficou claro que é um assunto que

não tem como não passar pelo museu. Para Hugues de Varine já que estamos falando da relação museu e seu território externo,

Como processo, o museu deve ser construído, mês a mês, ano a ano, pelo povo, naturalmente com o auxílio de profissionais: isso é o que Maude Céré, em Montreal (Québec), chama de “*muséologie populaire*”, museologia popular, que ela ensina a líderes e ativistas comunitários. Não é nem mesmo necessário chamá-lo de “museu”: se todo o território for envolvido, se todo o patrimônio da comunidade for levado em consideração, se as exposições forem apenas uma das técnicas utilizadas para a comunicação entre as pessoas (há muitos outros métodos, incluindo trilhas de observação, centros de interpretação, centros de recursos ou documentação, produções de audiovisuais e multimídia, programas escolares, oficinas temáticas etc.) (VARINE, 2014, p.29)

Com relação à visita à Duna grande, no plano museológico do museu, consta que

O Setor Educativo do museu já trabalha a Duna Grande como acervo operacional da instituição, entretanto, para que o potencial deste sítio arqueológico seja explorado, é necessário um trabalho mais aprofundado, no sentido de incitar o visitante à reflexão sobre o passado e as identidades da região ali representados. (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014)

Uma das principais temáticas discutidas nos projetos é a temática ambiental. O MAI trabalha basicamente com os seguintes assuntos: temática ambiental, pensando o território e as suas relações sociais e ambientais de uma forma geral e a temática arqueológica. A temática socioambiental possui várias camadas, desde impacto ambiental, transformação urbana, ordenamento do território pesqueiro, as divisões antropológicas sobre cultura e tradição. E dentro de arqueológica, trabalha com a relação ao uso do território, o uso ancestral, porém nesse aspecto, como foi relatado em entrevista pela museóloga, há uma lacuna do museu por falta de material de pesquisa e por falta de equipe, pois não tem gente especializada para tocar isso, que é a temática do recolhimento. Uma temática que o museu pretende investir, pois ainda é muito superficial. Sobre todo esse trabalho que o educativo do museu realiza, o plano museológico diz:

O trabalho educativo do MAI/MUSAI procura oferecer oportunidades para o conhecimento direto dos bens culturais e ambientais aos indivíduos através de sua leitura, apropriação sensorial, intelectual e afetiva, levando-os à inserção e ação crítica na sociedade, estimulando e propiciando a valorização e a preservação desse patrimônio. (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.33-34)

Dos recortes abordados que o museu trata, o museu possui três públicos predominantes, que tem mais interesse pelo MAI, pelo fato do museu possuir público

maior escolar, a arqueologia é o assunto mais palatável de acordo com a museóloga, numa determinada faixa etária principalmente. Já para os estudantes universitários, dependendo do curso e da temática, interessa mais saber sobre a vida dos pescadores, e para outros são mais importantes as questões do meio ambiente.

Como em qualquer outro museu, as escolas, as universidades e qualquer visita guiada dentro dos projetos que o MAI oferece, é preciso que sejam agendadas antes, essas visitas são diárias. O museu tem normalmente duas visitas de escolas por dia, às vezes mais, isso é muito variável. Em geral são das escolas da região e das cidades mais próximas, como Rio de Janeiro e São Gonçalo. E há um vasto público universitário, de universidades que fazem visitas sistemáticas ao museu, a UFRJ e a UniRio principalmente que tem curso de museologia, arqueologia, meio ambiente, turismo, história, pedagogia, biologia e etc. Além disso o MAI tem parceria com várias universidades que são o público que eles recebem, parceria com a UFF, UFRJ e UniRio.

O público escolar que vai desde o infantil até cursos de pós-graduação, enfim, vários cursos, de produção cultural, mestrado em cultura e territorialidade, de infantil a pós-graduação, esse é o público majoritário do MAI. Desse público majoritário vale um destaque para uma das escolas da região, a Marcos Valdemar, como informado pela museóloga. É uma escola com quem o museu tem uma relação direta e constante, eles vão ao longo do ano várias vezes, é com eles que o MAI desenvolve mais trabalhos, com essa escola especificamente. Vários trabalhos, eventos, exposições. Mirela conta que fizeram no aniversário de 40 anos do museu, que foi em maio de 2017, trouxeram todas as crianças da escola até o museu, onde houve várias oficinas, como oficina de informática, educação física na praia, entre outras coisas. Maria Célia T. Moura Santos afirma

(...) olhar o museu como espaço aberto e propício à aplicação de saberes de diferentes campos de conhecimento é, também, compreender a importância do processo museológico para a definição das políticas, dos programas, dos projetos e da definição do perfil da instituição. (SANTOS, 2006. p.3)

Mirela conta que o MAI trabalha com o público escolar de uma forma geral. Público espontâneo não tem muito, não sendo uma coisa muito significativa. Na comunidade do Morro das Andorinhas o principal público são as crianças de lá, pois elas estudam na escola com a qual o museu tem parceria. Nas palavras da museóloga

Quem usa o museu é essencialmente o público escolar, é muito difícil disputar com a praia, as pessoas que vem aqui vão para a praia, normalmente não querem ir para o museu, nós estamos colados, é uma competição injusta, inclusive, a praia é maravilhosa. Mas também os moradores, esse é o nosso público alvo para o trabalho de formação de público, justamente porque viemos desse histórico de conflitos. (LEITE, Mirela. 2017)

Os moradores do entorno do museu, os pescadores, há bastante receptividade por parte deles com relação ao museu, eles participam das atividades. Uma delas, por exemplo de acordo com Mirela, foi também no aniversário de 40 anos do museu, foi promover a corrida de canoas, na praia, com os pescadores, e foi um sucesso. Atividades como corrida de canoa, futevôlei, futebol de areia e etc. Ações para estabelecer esse vínculo, o museu procura fomentar a ideia de que ali é um espaço deles, onde podem realizar reuniões, Mirela conta que o museu oferece estrutura de cadeira, tenda, projetor, água, café, porque é de interesse do MAI que eles venham para o museu, seja por meio das ações, seja por iniciativa própria, por qualquer motivo.

A estrutura física do museu, dentro das Ruínas do Recolhimento de Santa Tereza, possui duas salas reservadas como espaço para exposição, a capela e outra sala, advindas desde a época da criação do MAI. Nas ruínas do Recolhimento onde se está instalado o museu há sete pátios a céu aberto.



Fonte: <http://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/04/Livreto-Itaipu-web.pdf>

O MAI possui quatro coleções, Coleção Hildo de Mello Ribeiro, Coleção Remanescentes do Recolhimento de Santa Tereza, Coleção Blocos Testemunho do Sambaqui de Camboinhas e Coleção Aureliano Mattos de Souza. Há duas exposições, uma de longa duração chamada Percursos do Tempo: Revelando Itaipu, e uma semipermanente: *Arqueologia em maquetes*. A exposição de longa duração é composta apenas por objetos que pertencem ao acervo do museu advindo das coleções acima citadas, é considerada a mais importante, o plano museológico do museu informa

A exposição Percursos do Tempo - Revelando Itaipu tem como linha mestra de seu discurso a ocupação humana na região de Itaipu, e narra estas múltiplas histórias através do acervo institucional, com recursos museográficos mais compatíveis com as linguagens contemporâneas. (PLANO MUSEOLOGICO, 2011-2014. p.8)

2. Capítulo II

A Comunidade tradicional do Morro das Andorinhas e sua relação com o Museu Socioambiental de Itaipu

Em junho de 2017, com a ajuda da bolsa auxílio disponibilizada pelo curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, fui a campo pesquisar o Museu Socioambiental de Itaipu e sua relação com a comunidade tradicional de pescadores que fica no Morro das Andorinhas, ambos localizados no bairro Itaipu, cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Tomei conhecimento do MAI e da comunidade do Morro das Andorinhas no ano de 2015, mais especificamente em outubro, quando junto a turma de *Museologia e Preservação 2* tive a oportunidade de visitar as reservas técnicas de sete museus do estado do Rio de Janeiro, com o intuito de pesquisar e conhecer museus de diferentes temáticas. O Museu Socioambiental de Itaipu foi um desses museus, e de imediato chamou-me a atenção pelo esforço e a visão de sua equipe em fazer dele um museu extremamente necessário, transformador e

conscientizador, saindo daquela linha de museus tradicionais com uma visão focada no tombamento, coleta de acervo e documentação de patrimônio cultural.

O MAI vai além, ampliando seu significado ao trabalhar com a comunidade do entorno, enfatizando seu papel social. Heloisa Burbay quando trata de ecomuseus, não sendo o MAI um ecomuseu, porém um museu com preceitos parecidos e uma visão, como citada no capítulo anterior, bem ampliada de envolvimento entre museu e comunidade, afirma

(...) justamente por contarem com um passado de tradições patrimonialistas, os ecomuseus não abandonaram simplesmente as ideias de acervo e de patrimônio, como creem alguns. É verdade que, em sua origem, contrapunham-se às tendências patrimonialistas, no sentido de querer afirmar “o museu para o homem” e não “o homem para o museu”. Tinham uma ênfase anti-patrimonialista mas relativamente ao sentido que se confere ao patrimônio e não querendo realmente abolir as noções de patrimônio e de acervo e sim transformá-las e ampliá-las. (BURBAY, 1995, p.210)

O trabalho do MAI com a comunidade do entorno, em especial com a do Morro das Andorinhas, mostra claramente a relação entre os atores sociais: museu e comunidade, sobretudo por ser um trabalho de socialização, de envolvimento em que a comunidade em volta do museu deixa de ser apenas coadjuvante e assume papel de protagonista dentro do museu, permitindo experiências de interação social entre a comunidade de pescadores e a sociedade.

Estamos aqui muito distantes dos museus tradicionais, nos quais o verdadeiro objetivo da instituição e de seus profissionais é coletar, estudar e apresentar, em benefício da beleza, da ciência, da cultura, no sentido acadêmico. O museu de comunidade é um parceiro para o desenvolvimento, um mediador de mão dupla entre os atores do desenvolvimento e a comunidade. (VARINE, 2014, p. 28)

Na ida a campo, tive a oportunidade de realizar três entrevistas, com pessoas que considerei serem fundamentais para me contar o que eu buscava saber sobre o meu tema de pesquisa, que é a relação entre o MAI e a comunidade do Morro das Andorinhas. A primeira entrevistada foi a museóloga do MAI Mirela Leite, que me recebeu para a entrevista no museu, onde ficamos horas a conversar; a segunda foi com Stelvio Figueiró, que trabalha no setor educativo do museu e a terceira foi com Seu Bichinho, membro mais antigo da comunidade do Morro das Andorinhas; essa entrevista foi realizada em sua casa no Morro das Andorinhas.

A subida ao Morro das Andorinhas, apesar de muito íngreme, vale a pena não só pela vista deslumbrante, mostrando as regiões de Itacoatiara, Itaipu, e o Rio de Janeiro ao horizonte, o mar cercando o morro por toda encosta, mas ali escondido em meio a flora e a fauna diversificada do local, se encontra a pequena comunidade tradicional do Morro das Andorinhas.

Depois de marcar uma entrevista, quem me recebeu foi Américo Fernandes de Souza, conhecido como Seu Bichinho¹¹, que é o membro mais velho da comunidade. Quando perguntado sobre o motivo do apelido, ele me respondeu “Todo mundo me pergunta, isso veio da minha mãe, minha mãe colocou esse apelido, e apelido pega, sempre me chamava de bichinho e acabou ficando. ”, assim começou nossa conversa. E gentilmente Seu Bichinho abriu as portas de sua casa para mim, mesmo estando com a perna machucada, aceitou me conceder uma entrevista, junto dele estava seu sobrinho Marcos Antônio de Souza, membro da Associação de Moradores do Morro das Andorinhas. Seu Bichinho me ofereceu água, pois estava visível meu cansaço depois de subir o morro, e me convidou a sentar no sofá. Em uma conversa informal Américo Fernandes de Souza me contou a história de sua comunidade, que habita aquele território no topo do Morro das Andorinhas há mais de 100 anos.

Sem saber dizer ao certo a data, Seu Bichinho chegou ao Morro das Andorinhas aos 8 anos de idade, junto de sua mãe que estava viúva há 3 anos; saíram de Itaipuaçu, cidade natal de Américo, quando sua mãe Carolina Luísa de Souza, depois de conhecer Alcides Siqueira da Silva que viria a ser seu marido e padrasto de Américo, se casaram e foram morar no Morro das Andorinhas. O padrasto de Seu Bichinho e sua família foram as primeiras pessoas a morar no Morro das Andorinhas, e seu terreno ali tem o nome de Sítio das Jaqueiras, pois há muitos pés de jaca no terreno onde se encontra a comunidade. Havia apenas uma única família a viver no Morro das Andorinhas, que era a família do padrasto de Seu Bichinho, até que a mãe de Seu Bichinho se casou e eles também foram morar no Morro, seu Bichinho conta

(...)eu não nasci aqui na comunidade não, eu nasci em Itaipuaçu, conhece? É do outro lado. E quando o meu pai faleceu a minha mãe ficou à mercê, e nessa época eu tinha cinco anos. Ao passar alguns anos minha mãe se interessou por

¹¹ Tratarei do senhor Américo Fernandes de Souza por Seu Bichinho pois é assim que ele é conhecido tanto no MAI, quanto entre os pescadores.

uma pessoa, um barbeiro, e eles se juntaram. E já existia a comunidade de pescadores lá embaixo. Meu padraço chegou aqui em cima em 1898. E eu vim para cá com oito anos. Meu padraço tinha lavoura, e vivíamos disso, café, farinha. E assim que viemos para cá tinham três moradores aqui, justamente era meu padraço e os dois irmãos dele. (SOUZA, Américo. 2017)

Sobre o nome Morro das Andorinhas, Seu Bichinho me conta que o morro leva esse nome porque ali no rochedo entre o mar e a terra há um buraco de pedras chamado andorinhas, pois as andorinhas pousavam todas dentro desse buraco de pedra, e quando elas levantavam voo o céu ficava coberto de andorinhas. Ele me conta que hoje em dia quase não se vê as andorinhas mais

(...)difícil ver uma andorinha. Por isso que se diz que uma andorinha apenas não faz verão. Antes as andorinhas faziam grupos, rodavam aqui tudo chegava de tarde se recolhiam, e agora acabou. Costumávamos jogar bola naquele lugar, e elas faziam giro, o sol chegava a tampar de tantas andorinhas. E tudo andorinha grande. (SOUZA, Américo. 2017)

Quando chegou ao Morro das Andorinhas Seu Bichinho conta que a família foi crescendo: ele se casou, seus irmãos também vieram morar no Morro com suas esposas. Mas as dificuldades foram sentidas, pois não havia água ou luz, ele conta que tinha apenas um poço aos pés do Morro, onde eles tinham que descer para buscar água, ou utilizar água da chuva. Sobre a relação da sua comunidade com as outras comunidades de pescadores que viviam em volta do Morro, Seu Bichinho diz que sempre foi tranquila. Quando completou 12 anos ele começou a pescar e desde então a prática da pesca foi sendo utilizada e passada de geração para geração em sua comunidade, até os dias atuais.

Para permanecer naquela região, o padraço de Seu Bichinho pagava ao governo a taxa do Incra, referente a taxa de ocupação, pelo Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR). Assim ganharam o direito de permanecer ali. Ele conta que toda a estrutura da comunidade foi sendo construída por eles mesmos “eu que carregava tudo nas costas para cá, tudo sendo construído por nós, meus filhos, meus irmãos que davam alguma contribuição como areia, cimento e pedra.” (SOUZA, Américo. 2017)

Hoje a comunidade do Morro das Andorinhas possui 13 casas, contendo 13 famílias.

Somos uma família só, não tem nenhum estranho. O meu padraсто dizia amanhã ou depois irei partir, e vocês que vão permanecer não deixe ninguém entrar aqui, pois esse lugar é de vocês, permaneçam aqui até a data que Deus quiser. Já recebi propostas para as pessoas construir casas aqui, mas eu não quis, pois preferi seguir o conselho do meu padraсто. (SOUZA, Américo. 2017)

O Morro das Andorinhas atualmente se encontra dentro da região que o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) abrange, o PESET foi criado em 1991, sendo considerada a primeira unidade de conservação do estado do Rio de Janeiro. Ela surgiu devido a movimentos de mobilização por parte de ambientalistas e comunitários. O Morro das Andorinhas passou a fazer parte dos limites do parque em 2001, que perdeu muita terra para a especulação imobiliária e acabou por incluir o Morro das Andorinhas dentro do parque.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Morro+das+Andorinhas/@-22.9741648,-43.045159,15z/data=!4m5!3m4!1s0x9987b46cf04eab:0x5d08e6d379b97e39!8m2!3d-22.9741648!4d-43.0429703>

Foi feito uma consulta aos moradores do Morro na época, porém ficou claro que eles não teriam muita escolha a não ser concordar em fazer parte do parque. Nas palavras de Seu Bichinho “nosso pedaço é pequeno o parque é maior”, era melhor fazer parte do PESET do que perder aquele espaço que eles construíram com tanto suor, que

por direito, pois pagavam ao governo uma taxa de ocupação, era um espaço deles, porém estava a todo momento sendo ameaçado pela especulação imobiliária, que ameaça não só a comunidade do Morro, como toda a comunidade pesqueira da região.

Em minha visita ao Morro das Andorinhas, foi possível ver as casas sendo construídas ilegalmente aos pés do Morro, na encosta virada para a região de Itacoatiara, enormes mansões subindo gradativamente a encosta do Morro das Andorinhas e chegando cada vez mais perto da comunidade tradicional que vive ali. Seu Bichinho conta que sua antiga casa no Morro, que possuía mais de 100 anos, foi derrubada com intuito de expulsá-los dali.

Desmanchou, pois o promotor Borges, assim quando fizemos essa casa aqui, vieram para derrubar a outra, o barraco velho. Você conhece Renato Robão? Ele era professor de direito, ele e a Ana começou a dar uma força para gente, orientou a gente a pegar o que tínhamos e colocar dentro de casa. E a prefeitura veio para querer derrubar. A intenção não era derrubar lá em baixo, era aqui, mas acabaram derrubando lá também, e nessa época aqui ainda não era parque. Começou a ser parque apenas no ano de 2001. (SOUZA, Américo. 2017)

Com a inserção do Morro das Andorinhas ao PESET, a comunidade passou a seguir exigências se quisessem permanecer ali; exigências, algumas, que vão contra suas práticas enquanto comunidade tradicional. Eles não podem mais plantar, criar animais, garantir seu próprio sustento por conta deles mesmos, como havia sendo feito até então, e nem construir mais casas além das 13 que já tem; logo estão fadados ao apagamento, a extinção, e essa é a grande questão com qual eles vem lidando dia após dia, pois se não podem produzir e nem crescer, não há como dar continuidade a sua existência enquanto comunidade. Agora tinham um comprometimento com o PESET de preservar aquela região quanto a fauna e a flora original do local, não que isso não estivesse sendo feito antes. Depois da inclusão do terreno onde reside a comunidade do Morro das Andorinhas ao PESET a única plantação que eles podem fazer é a de plantas naturais daquela região, então eles vêm fazendo um trabalho de reflorestamento. Definitivamente, não são uma ameaça ao PESET, a comunidade cuida do local. Em contrapartida ao que vem acontecendo no entorno do Morro, com a crescente construção imobiliária a sua volta, desestabilizando totalmente o ecossistema.

Outra questão considerada um problema para a comunidade é que fazendo parte do PESET, há visitação de pessoas ao Morro a todo momento, apesar de haver uma

placa na trilha do Morro, mesmo que esteja pichada e rasgada, o que mostra a falta de respeito das pessoas; sinalizando a existência de uma comunidade tradicional ali e que devem manter respeito seguindo a rota apenas da trilha que leva ao topo do Morro.



Foto: Evellyn Mendes

Seu Bichinho conta

Para mim ficaria mais sossegado se tivesse uma guarita, poderiam colocar visitação das 8h00 às 17 horas. E só subia quem é morador, ficaria mais seguro. De primeiro a gente dormia com a casa aberta, agora não, tem que fechar. A gente escuta apenas o cachorro latir, mas não sabemos quem está entrando, e o nosso medo é esse. (SOUZA, Américo. 2017)

Diante da situação com relação a inserção do terreno da comunidade do Morro das Andorinhas ao PESET, me lembrei do ditado popular que diz “ruim com eles, pior sem eles. ”. A comunidade do Morro das Andorinhas perdeu sua liberdade, seu direito de ir e vir, estão sendo incomodados a todo momento, com pessoas que entram na sua

propriedade por engano quando sobem o Morro. E quando perguntado sobre a situação da comunidade antes de fazer parte do parque e depois, Seu Bichinho responde

Antes era bem melhor, a gente vivia mais livre e agora não, estamos incomodados, pois é muita gente que sobe aqui para cima, às vezes erra o caminho acaba entrando aqui, começam a fazer perguntas, e eu respondo poucas delas. (SOUZA, Américo. 2017)

Para Seu bichinho o MAI, é considerado como algo que “sempre esteve ali” não como instituição mais o local enquanto terreno, é chamado apenas de “museu” não compreendendo as definições de museu enquanto instituição, não há diferença quanto ao nome, se antes era Recolhimento e depois virou museu; isso fica claro na fala de Seu Bichinho quando conta “Esse museu é antigo dos tempos dos jesuítas, inclusive minha esposa nasceu dentro do museu, havia famílias lá, a família Nilo Rosa de Abreu.” (SOUZA, Américo. 2017)

Quando perguntado sobre o que ele lembra que havia no terreno do MAI, antes de ser museu, seu bichinho diz “o museu já existia, morava todo mundo lá, três famílias dentro do museu moravam, não tinha telhado, eles pegaram a parede e fizeram um telhado, fazendo apenas uma cobertura. ” (SOUZA, Américo. 2017)

O processo social, que advém dessa relação entre o museu e a comunidade de Seu Bichinho, desencadeou a representação para eles do museu como um espaço onde eles podem expor sua história, contar das suas dificuldades quanto à ameaça com qual estão lidando de serem extintos. Sobre o papel dos museus como um agente do desenvolvimento local, Hugues de Varine discorre

Essa comunidade não é um objeto do museu, seus membros não são simples visitantes, um público como outro qualquer, do mesmo tipo, por exemplo, que os turistas ou os grupos escolares, vindos de ônibus, eles são sujeitos do museu e são atores. Não basta, portanto, trata-los como informantes, ou como espécimes etnográficos ou em amostras sociológicas, mas o museu de integrá-los a todas as etapas de seu processo e de sua vida. (VARINE, 2012. p. 186)

O MAI atua não apenas como instituição cultural, mas como portador dessas informações e um agente que a visibiliza para a sociedade. Seu Bichinho deixa claro que há uma relação entre ambos, advinda de muito tempo.

Eu tenho certificado do museu, pois quando participei da mesa redonda, eles mandaram me chamar para decidir coisas, para explicar para os alunos. Quando eu posso eu vou lá, tinha muita foto minha dentro do museu. Tem muito tempo que trabalho no museu, desde o tempo da primeira diretora Dona Vera, pois passei muito com ela, fui à Cabo Frio, passava de dois a três dias lá, matriz de Cabo Frio, na plataforma de Cabo Frio, eu fiz muita amizade com eles do museu e até hoje tenho. Quando tem reunião nós vamos para lá também, reunião na praia, reunião no museu, reunião de moradia. (SOUZA, Américo. 2017)

Para o MAI são muitas as questões quando se começou a colocar em prática o Programa de Educação Ambiental, que atualmente é o Programa de Educação Socioambiental, pontapé inicial do trabalho periódico envolvendo a comunidade do Morro das Andorinhas. Antes ele era um projeto no qual o ponto de partida do trabalho era a unidade de conservação, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), uma unidade de conservação integral de proteção igualmente integral onde não deveria haver pessoas habitando o lugar. E essa é uma das questões: trata-se, neste capítulo, de uma comunidade que está inserida dentro do parque, dentro da unidade de conservação de proteção integral. Isto porque a comunidade do Morro das Andorinhas fez um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o governo do estado para permanecer naquele local. Para tal, tiveram que abandonar algumas práticas que eles tinham, o plantio e a 'criação', como eles chamam e etc.

A comunidade perdeu seu engenho de farinha que possuía naquele local, eles tiveram que se adaptar. Em contrapartida ganharam o direito à permanência ali, que não é uma permanência definitiva porquê de tempos em tempos, mais especificamente como foi informado pelo educativo do MAI, de dois em dois anos eles tem que refazer e reassinar o Termo de Ajuste de Conduta, termo esse que toda vez que necessita de ser assinado as Associações de moradores do entorno principalmente a AMAI, Associação de Moradores e Amigos de Itacoatiara, fica em cima para que eles não consigam reafirmar essa condição do ajuste de conduta do termo.

Por diversos fatores a comunidade teve que modificar suas vidas, eles próprios se colocam como originais tradicionais porque sua presença no lugar é muito anterior à anexação do PESET naquela região na qual se encontra a comunidade do Morro das Andorinhas.

Com a expansão do PESET começa a se firmar e se afirmar demandas por aquela região. A sociedade civil organizada consegue propor demandas contra ações do Estado que consideram prejudiciais principalmente ao meio ambiente. Boa parte da encosta está protegida em teoria, é uma área de proteção permanente. Porém, toda essa encosta está gradativamente sendo tomada pelo capital imobiliário, mesmo possuindo uma lei de proteção e preservação daquele local. Na prática isso não está sendo respeitado.

A região em que se encontra a comunidade do Morro das Andorinhas passou a fazer parte do parque (este parque cobria uma grande área em Itacoatiara e Itaipuaçu) quando este começou a perder parte significativa de suas áreas para os condomínios advindos da especulação imobiliária muito forte naquela região. Portanto, o Morro das Andorinhas que não fazia parte do parque originalmente passa a fazer, e a comunidade que já estava lá se recusa a sair pois eles estão naquele local há mais de 100 anos e então são colocados dentro do parque. A partir de então começa a proposição do PESET em relação àquelas pessoas até que a comunidade consegue o Termo de Ajuste de Conduta que é o ato que está em vigência e estabelece a permanência legal daquela comunidade.

A partir desse momento, começa a relação do MAI com a comunidade do Morro das Andorinhas. O MAI começa um projeto de educação ambiental que fala do parque e dessa situação tão conflitante e antagônica que é a permanência de um grupo de famílias naquele local, pois eles basicamente começaram com uma única família, atualmente eles são um grupo de 13 famílias, dentro de uma unidade de conservação.

O contato do MAI com a comunidade foi muito importante porque até aquele momento o MAI não trabalhava em conjunto. O educativo do MAI que é responsável pelo projeto ressalta como o museu sempre foi muito bem recebido principalmente por um dos membros mais antigos da comunidade que é o Seu Bichinho. Ele é um grande representante daquela comunidade. Então, para o museu foi muito importante que ele apoiasse, e se colocasse à disposição do projeto assim como Marcos Andorinha que é membro da Associação de Moradores do Morro das Andorinhas e sobrinho de Seu Bichinho.

O educativo ressalta a gratidão por estes falantes estarem sempre dispostos a participar das entrevistas que o museu executa com escolas e universidade que o projeto

leva até a comunidade. Assim começou a relação desses dois agentes, a comunidade do Morro das Andorinhas e o MAI, abordando a apropriação do PESET no Morro, a questão de uma unidade de conservação com pessoas morando em seu interior.

O MAI busca reforçar a importância da presença daquela comunidade naquele espaço, apresentar para as crianças, os alunos que são em grande maioria o público do programa, como a comunidade está inserida naquele ambiente, como eles ajudam na preservação daquele espaço, replantando a vegetação nativa. Apesar de não poderem plantar para uso doméstico, eles atualmente fazem uma espécie de reflorestamento, um manejo onde eles tiram por exemplo o canicinho que é uma planta invasora, assim como a espada de São Jorge, (uma vegetação paisagística que as pessoas foram colocando lá sem permissão) e outras plantas que não são nativas, eles fazem esse manejo tirando essas plantas e colocando a vegetação nativa que é muito importante, nas palavras de Stelvio Figueiró, que trabalha no setor educativo do museu, mais especificamente no projeto com a comunidade do Morro das Andorinhas

(...) na própria área do balanço eu costumo dizer que tem um cordão, um anel em volta da praça do balanço que há cerca de 10 anos não existia quando a gente começou o projeto, não existia, hoje a gente não vê mais a praia de Itacoatiara da praça do balanço, da praça do balanço nos víamos com muita tranquilidade mais com esse trabalho deles de reflorestamento e remanejamento ali da mata nativa hoje você já tem um anel altíssimo ali de mata atlântica, de mata nativa reimplantada, reintroduzida, mas de fato a mata que é nativa do local. (FIGUEIRÓ, Stelvio. 2017)

O trabalho executado pelo Projeto Educativo Socioambiental do MAI busca reforçar a presença da comunidade do Morro das Andorinhas, fazendo com que o público do museu conheça o trabalho da comunidade, a importância da permanência deles e sua história, para que isso seja reforçado ao longo do tempo e também colocando em evidência como é contraditório e antagônico a situação das casas que estão crescendo na encosta, surgindo e se ampliando, inclusive no próprio Morro das Andorinhas ao lado do mirante de Itacoatiara onde é possível ver uma enorme mansão que já foi acionada, sofreu várias autuações com relação a sua construção na encosta, mais que continua lá.

O trabalho que o museu executa através desse projeto chega à comunidade do Morro e também do entorno, em função não só da museologia social. Muita gente que não é familiarizada com as questões da museologia trabalha há muito tempo com alguns

princípios advindos da Carta de Santiago e dessas leituras que já eram práticas de muita gente na área do educativo dos museus principalmente, mas já tinha um trabalho junto à comunidade da pesca, com as visitas que saiam do museu e iam até o aldeamento dos pescadores no entorno do museu. De acordo com a Declaração de Santiago do Chile

(...) o museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar na formação da consciência das comunidades que ele serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando seus problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando outras mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais. " (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO DO CHILE, 1972)

A escola Marcos Valdemar localizada em Itaipu, que é uma escola basicamente frequentada por filhos, sobrinhos e netos de pescadores, pessoas daquela região senão da efetiva comunidade da praia, mas que já moraram ali, que já viveram ali e hoje habitam o Engenho do Mato, a área do Quilombo do Grotão, o Morro das Andorinhas. Todo esse entorno fez com que o trabalho executado pelo projeto educativo do MAI tomasse essa dimensão. Remetemos então ao próprio Ibram, responsável pela administração do Museu Socioambiental de Itaipu, quando ressalta a evolução dos museus em decorrência da democratização do seu uso mais integrado e inclusivo

Ao ser criado, reconheceu-se nos museus seu valor estratégico, a importância de sua função social. A capacidade de atuação dos museus com as comunidades locais, por meio de programas culturais e socioeducativos, contribuirá para essa via de mão dupla que é a cultura. (IBRAM 2003-2010, p. 35)

Stelvio Figueiró conta que o projeto também assumiu um lado bem da Biologia

(...) em influência de um sujeito, de uma pessoa interessantíssima, o Fernando Matias que era o administrador do parque quando a gente começou o projeto de educação ambiental, esse sujeito biólogo, ele foi um dos idealizadores desse projeto, ele traz essa questão da Biologia que agrega completamente aqui com o nosso trabalho, com essa coisa de colocar a escola na rua, levar a escola na lagoa de Itaipu, no manguezal, enfim nas diversas partes aqui do ambiente, a gente consegue dar empoderamento, pertencimento aos filhos locais, as crianças do lugar. As crianças começam a entender de uma forma diferente o pescado e a coleta lagunar, que era uma lagoa que depois da abertura do canal artificial virou uma laguna, faz todo esse trabalho com as pessoas, com as gentes daqui que é um trabalho muito gratificante. (FIGUEIRÓ, Stelvio. 2017)

Deste modo, como afirmado por Stelvio Figueiró e também por Mirela Leite, museóloga da instituição, o MAI não é um porta voz daquelas pessoas, porque eles são falantes o suficiente para garantirem os seus direitos. O museu está ali para reforçar essa fala e esse lugar que por direito é daquelas pessoas que vivem em volta da instituição e no Morro das Andorinhas.

Ao mesmo tempo vemos a importância de falantes como o Seu Bichinho, membro mais antigo da comunidade do Morro das Andorinhas, e o lugar que ele ocupa nesse contexto da luta da comunidade contra sua extinção, nas palavras de Stelvio Figueiró, do setor educativo do MAI

(...)Falta em alguns grupos algumas coisas? Falta. Vai faltar a hora que perdermos falantes como o Seu Bichinho lá do Morro das Andorinhas, ou como o Seu Chico aqui da praia, ou o Renato do Quilombo do Grotão, vai faltar gente assim, acho que vai faltar porque a gente não está numa formação muito forte com relação a estas representações, mas eles são suficientes para reclamarem seus direitos e sabem disso, reconhecem tudo. (FIGUEIRÓ, Stelvio. 2017)

O MAI é um grande apoiador dessas falas. O museu reforça a importância das tradições quando vai até o Morro das Andorinhas e ajuda o movimento de resistência deles, quando leva pessoas como uma turma de mestrado de Cultura e Territorialidade da UFU pra lá, ou uma turma de Museologia e Preservação II da UnB, como foi no meu caso, assim que tomei conhecimento sobre aquela comunidade e decidi por fazer este trabalho, quando faz visita com o Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Desenvolvimento Social, quando leva pesquisadores de diversas áreas para conhecer o lugar e para reforçar a importância da permanência daquela comunidade ali. O MAI é um grande apoiador, fomentador e estimulador dessas tradições, fazeres e saberes da comunidade do Morro das Andorinhas e das comunidades do entorno do museu.

(...) Acho que o museu é sem dúvida um apoiador dessas falas, mas não porta voz, essa é uma palavra muito forte, como se o museu soubesse falar e quem somos nós para acharmos que sabemos falar por alguém, não sabemos, só eles sabem o que os aflige, só eles sabem o que é bom pra eles, só eles sabem o que acalanta, o que acolhe, só eles sabem, então deixemos que eles falem e que as pessoas se virem também para entender as falas, o museu abre esse espaço para eles falarem, nós levamos as pessoas lá em cima e eles que contam a história não é a gente que fala, quer dizer, eu quando falo pelo museu não falo sozinho acho que tem uma equipe grande falando em relação a isso, mas é isso que a gente pretende, a gente não quer falar por eles, a gente quer que cada vez se crie mais falantes, se apresentem novos falantes para que eles continuem falando sobre as questões deles e que a gente só sirva de mediação ou intermediação nesses contatos. (FIGUEIRÓ, Stelvio. 2017)

O MAI é o polo que catalisa, trazendo as universidades até a comunidade. O museu apresenta a universidade, a academia, a escola para a comunidade, para essa tradição, saberes e fazeres tanto da praia quanto do Morro das Andorinhas. O autor Mario Chagas discorre sobre as ideias de Waldísia Rússio

(...) a instituição passa a implicar menos “um reconhecimento de quem cria, implanta ou instala um museu, e mais “um reconhecimento pela comunidade”, origem e alvo do museu. Este pensamento desdobra-se na assertiva: “ é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade. ” (RÚSSIO, 1984, p.60 *apud* CHAGAS, Mário. 2002.)

Uma questão importante que foi levantada na minha pesquisa quando fui a campo, foi com relação a importância da devolutiva sobre meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Quantas pessoas assim como eu que fui lá, vão buscar pesquisa para suas teses, artigos e trabalhos, pois aquela é uma região de tradição. Então é necessário que ao fim de nossas pesquisas, demos um retorno sobre o que produzimos, as pessoas ali ficam sabendo da nossa existência, que estamos fazendo um trabalho sobre a vida delas, é necessário um retorno, nada mais justo, pois para que um próximo pesquisador não encontre um muro de resistência.

Porque tantas pessoas já se apropriaram daquilo e não retornaram com nada. O Seu Bichinho, o membro mais antigo da comunidade do Morro das Andorinhas e um dos falantes mais importantes, guarda tudo que é produzido sobre sua comunidade, como material para reforçar seu direito de estar ali, com maior orgulho ele me mostrou cada material que guarda escrito sobre sua comunidade, inclusive ele possui um caderno de presença que assinei, para que aqueles assim como eu que foram lá fazer entrevista, procurar informações sobre sua comunidade, assinem o caderno, tanto para controle de quem visita a comunidade, quanto para ele poder usar como reforço de que sua comunidade é importante e é de interesse de muitos abordar suas questões.

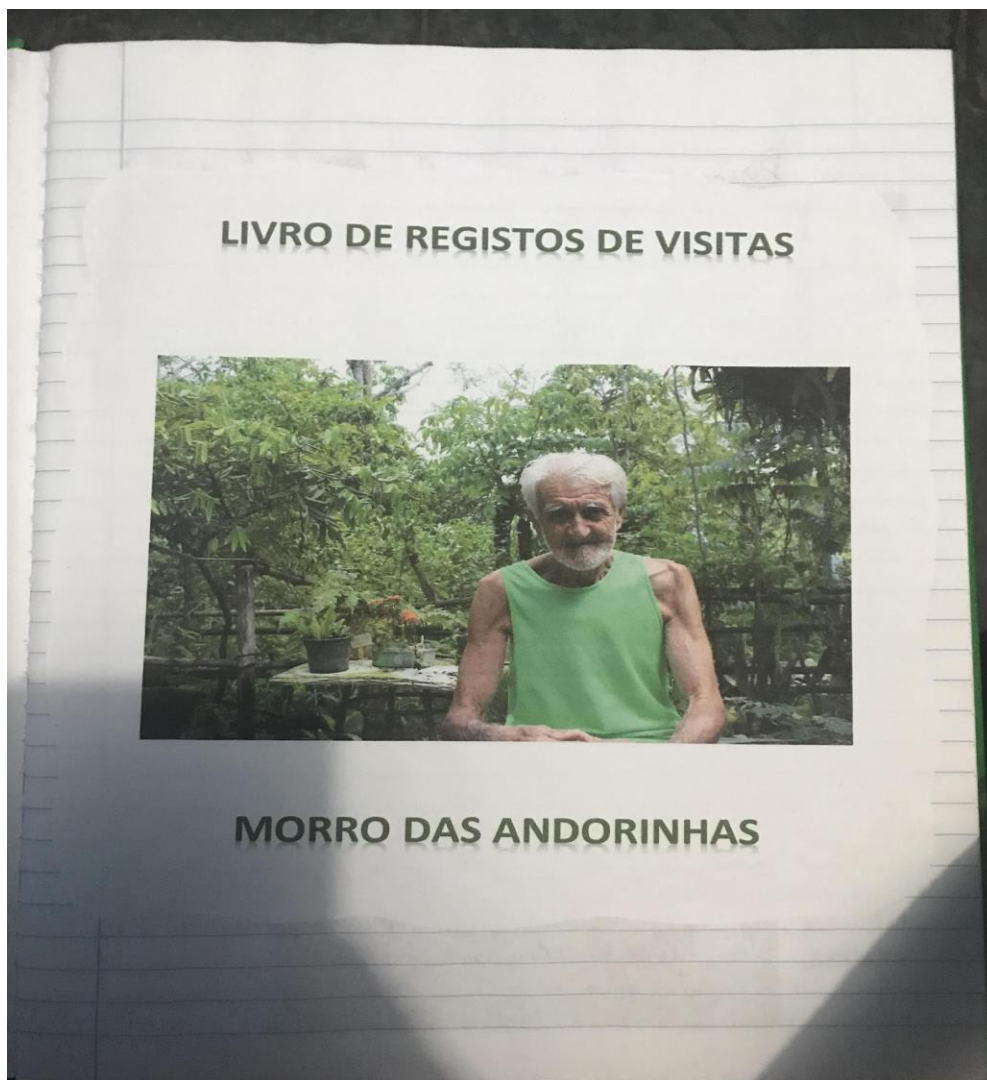


Foto: Evellyn Mendes

Tenho tudo guardado, recorte de jornal. De primeira a pessoa chegava aqui ficava com pouco de receio, e eu não, sempre estava disponível, o que eu podia falar, ou ajudar eu fazia, as professoras da faculdade traziam pessoal que me fazia várias perguntas sobre plantação, eu tenho muita coisa guardada. (SOUZA, Américo. 2017)

A museologia social só tem sentido se tiver apropriação coletiva, apropriação cultural, disseminação de cultura. Mesmo não sendo considerado um museu comunitário o MAI se enquadra em muitas de suas configurações, a respeito delas Mario chagas analisa

Eles se caracterizam pela valorização das pessoas. São as pessoas que produzem acervos, que conservam acervos e transformam também esses

acervos. As experiências de museus comunitários valorizam o desenvolvimento local sustentável. Tem outro foco. Os acervos são importantes, mas eles são um pretexto para o desenvolvimento comunitário. Os espaços, os edifícios onde os museus se instalam podem ser importantes, mas, continuam sendo pretexto para o desenvolvimento comunitário. Todos esses elementos: as coleções, os acervos, o patrimônio, o local, tudo isso passa a ser uma estratégia a favor do desenvolvimento social daquela comunidade. (CHAGAS, 2009.)

O MAI levanta a questão: quantas pessoas chegaram ali, viram e ouviram ou melhoraram sua posição diante desse elemento cultural que é o museu e o que ele representa. A importância que o museu tem como espaço para progresso de pensamento. A museóloga Mirela Leite diz

Eu respiro museologia social, passo no cabelo, vivo, museologia social está comigo, para mim não existe museologia possível que não seja museologia social, não tenho concepção diferente. Para o meu trabalho, claro que existem outros museus, mas para mim, enquanto profissional museóloga, não tem outro sentido que não seja museologia social, não faz sentido museologia que não trabalha com desenvolvimento humano e para dar visibilidade para essas incoerências, para essas violências, inclusive para o apagamento de algumas memórias que são tão importantes. (LEITE, Mirela. 2017)

Como futura profissional da área da Museologia, compreendi através da minha experiência com o MAI e a comunidade do Morro das Andorinhas, a importância de pensarmos o museu como um instrumento de uso social.

3. Considerações finais

Considero o Museu Socioambiental de Itaipu de grande relevância para o campo da Museologia, visto que por meio dele podemos observar a ponte entre os atores sociais: museu e comunidade.

A comunidade pode apresentar suas questões, sua importância e relevância histórica e cultural para a sociedade, o museu exercendo papel de mediador entre a comunidade do Morro das Andorinhas e a sociedade, evidenciando as necessidades dessa comunidade.

O museu fazendo uma releitura do espaço a sua volta, colocando em evidência a importância de se questionar sobre estratégias de ações para mudar a realidade do território a sua volta, trilhando caminhos para o desenvolvimento local e dando ao museu uma dimensão humana.

4. Referências

ARAUJO, Mirela Leite de (Catálogo USP). *As narrativas, o território e os pescadores artesanais: políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu*. São Paulo, 2015.

BRASIL, Decreto 6040/2007.

BRASIL. Decreto nº 8124/2013.

IBRAM. Museu de Arqueologia de Itaipu / Eneida Queiroz ... [et al.] – Brasília, DF: Ibram, 2014.

BURBAY, Heloísa. *A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise*. Anuais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. v.3 p.209-236. jan./ dez. 1995.

CHAGAS, Mário. *Cultura, patrimônio e memória*. 2002.

CHAGAS, Mário. Entrevista ao blog Vanhoni. 2009.

CHAGAS. ASSUNÇÃO. GLAS, Mario. Assunção. *Tamara. Museologia social um movimento*. Cadernos do CEOM, p.429-436, ago.2013.

FIGUEIRÓ, Stelvio. Entrevista em junho de 2017.

IBRAM, Relatório de Gestão 2003/2010.

IBRAM. Plano museológico. Museu de Arqueologia de Itaipu/Museu Socioambiental de Itaipu. 2011/2014.

LEI DA ARQUEOLOGIA. Nº 3.925. 1961.

LEITE, Mirela. Entrevista realizada em junho de 2017.

SANTOS, Maria Célia. *Museu e educação: conceitos e métodos*. USP, 2001.

SANTOS, Maria. *Museus Universitários Brasileiros: novas perspectivas*. Texto a apresentado no IV Encontro do Fórum Permanente de Museus Universitários e II Simpósio de Museologia na UFM “Museus Universitários- Ciência, Cultura e Promoção Social”, realizado em Belo Horizonte- MG, no período de 24 a 28 de agosto de 2006.

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. *Conservação Preventiva: Controle Ambiental*. LACICOR/UFMG, 2008.

SOUSA, Américo Fernandes de. Entrevista realizada em julho de 2017.

UNESCO, ICOM. *Declaração de Santiago do Chile*. 1972.

VARINE, Hugues. *O Museu comunitário é hereditário?* 2005.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*; trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. - Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. *O museu comunitário como processo continuado*. Cadernos do CEOM / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, v.27, n. 41, p.25-35, dez.2014.